



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS FLORIANÓPOLIS  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Caroline Bellaguarda de Azevedo

**Educação Política em Caio Prado Júnior: uma defesa da Dialética do  
Conhecimento**

Florianópolis  
2023

Caroline Bellaguarda de Azevedo

**Educação Política em Caio Prado Júnior: uma defesa da Dialética do  
Conhecimento**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na linha Trabalho, Educação e Política.

Orientador(a): Profa. Dra. Adriana D'Agostini  
Coorientador(a): Profa. Dra. Carolina Pichetti Nascimento

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Azevedo, Caroline Bellaguarda de  
Educação política em Caio Prado Júnior: :uma defesa da dialética do conhecimento / Caroline Bellaguarda de Azevedo ; orientadora, Adriana D'Agostini, coorientadora, Carolina Pichetti Nascimento, 2023.  
82 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Educação política;. 3. Caio Prado Jr.. 4. dialética;. I. D'Agostini, Adriana. II. Nascimento, Carolina Pichetti. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Caroline Bellaguarda de Azevedo

**Educação Política em Caio Prado Júnior: uma defesa da Dialética do  
Conhecimento**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 11 de setembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Antônio Carlos Mazzeo, Dr.  
UNESP/USP

Prof.(a) Bernardete Wrublevski Aued, Dr.(a)  
CFH - UFSC

Prof.(a) Edna Maciel Fiod, Dr.(a)  
CED - UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação na linha Trabalho, Educação e Política.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.(a) Adriana de D'Agostini  
Orientadora

Florianópolis, 2023

À elevação das consciências,  
à organização da classe trabalhadora,  
à *emancipação humana*.

## AGRADECIMENTOS

“Camarada, tenho uma coisa pra te mostrar, sei que tu vais adorar. Amore, olha aqui esse livro que eu achei no sebo daqui de Joinville. Massa, né?! Toma é teu!” (Luiz Henrique Flores, 2015)

Deixo aqui registrado meu profundo e sincero agradecimento às forças coletivas e conscientes que, por entre diálogos e afetos, foram fundamentais para o desenvolvimento destes escritos que vos apresento.

Ao meu pai e à minha mãe que me possibilitaram a vida e os ensinamentos de amor e cura.

Às vozes e mãos que tornaram estas palavras possíveis (e são muitas palavras e cheiros e sentimentos) Clarissa Peixoto amiga camarada que me acompanha desde o princípio da palavra de Marx, da minha militância comunista e ainda hoje visita contribui com meus textos. Gabriela Hoffmann Cientista Social Profa pela atenta narrativa crítica das condições de ensino.

Agradeço aos componentes da Banca Bernardete e Mazzeo que, em outro nível, são minhas direções desde o princípio do meu crescimento político e intelectual no Partido Comunista Brasileiro, por ela e ele expresso a minha homenagem e agradecimento à consciência coletiva do Partido.

À pesquisadoras Célia Regina Vendraminni, Adriana D’Agostini (que neste tempo orientou-me), Sandra Luciana Dalmagro, Luciana Marcassa, mulheres que admiro e que contribuíram desde a graduação até a minha iniciação científica à pesquisa no núcleo de Estudos Sobre as Transformações do Mundo do trabalho – TMT.

Aos professores Ricardo Muller e Remy Fontana que também desde a graduação contribuíram para minha formação e que repercutem até o presente estudo.

Ao Henrique Luiz Flores, que mesmo em sua ausência, me acompanha em lembranças de amor, de luta, de aventuras, de transgressões e materialmente pelo livro “Dialética do Conhecimento” que ele me deu frutificando neste estudo.

Com carinho agradeço ao Maurício pelo auxílio, pela revisão textual e pelo acolhimento dos Gomes de Freitas e Duppont.

Muito amor por todas vocês.

Devo mencionar o apoio do fomento do Estado pela Bolsa de fomento à pesquisa da CAPES/CNPq, sem a qual tudo teria sido mais difícil.

OUSAR LUTAR!

OUSAR VENCER!

UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL!

### **Entre o corpo e o espírito**

O corpo é corpo  
é sensação, sensibilidade é desejo  
no movimento da contradição é mudança  
o desejo é também ação  
e a ação só é emoção no movimento do corpo  
o espírito só existe porque é corpo  
o corpo só é corpo porque é ação prática  
o corpo sem espírito  
é fétido, sem emoção, não é sensível  
mas vira larva, borboletas, moscas, mariposas  
vira até flor  
e o espírito sem o corpo  
é consciência coletiva  
é memória na memória em outros corpos vivos  
dialeticamente sujeitos históricos  
produzindo-se em conhecimento  
de vidas e amores  
no vir-a-ser  
Ser mais Humano em sua afirmação e negação  
Ser o novo  
Ser a superação do Ser Humano.  
(Bellaguarda, 2014)



## RESUMO

Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha “Trabalho, Educação e Política”, vinculada ao Laboratório de estudos “Sobre as Transformações do Mundo do Trabalho”. O texto é a expressão das inquietações sobre a educação na sociedade capitalista e o potencial que a educação política, orientada pela dialética materialista histórica, de produzir conhecimento e orientar as transformações críticas e criativas na produção do ser social tanto nos espaços formais quanto nos informais de ensino. A pesquisa é teórica e tem como cerne a obra de autoria do brasileiro Caio Prado Júnior: *Dialética do Conhecimento* (1969) em dois tomos, que apresenta a produção do conhecimento desde as origens da metafísica ao processo histórico que gerou a dialética materialista. Pode-se afirmar que Caio Prado Júnior é autor que disputa a educação no caminho do socialismo científico e que a obra *Dialética do conhecimento* (1969) em seus dois tomos é a fundamentação teórica, a fim de mostrar a possibilidade do pensamento dialético para a interpretação e produção do conhecimento para o desenvolvimento histórico da sociedade e da natureza. Defende-se a necessidade de uma educação política para a atualidade e o ensino pautado pela lógica dialética materialista torna possível pensar uma educação voltada para o futuro, para a transformação social.

**Palavras-chave:** educação política; dialética; Caio Prado Júnior.

## ABSTRACT

Master's dissertation in the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Catarina, in the line "Work Education and Politics", linked to the Laboratory of studies "On the Transformations of the World of Work". The text is the expression of the apprehensive about education in capitalist society and the potential that political education, guided by the historical materialist dialectic, to produce knowledge and guide the critical and creative transformations in the production of the social being both in the formal and informal spaces of teaching. The research is theoretical and has as its core the work authored by the Brazilian Caio Prado Júnior: "Dialectics of knowledge" (1969) in two volumes, a work that presents the production of knowledge from the origins of metaphysics to the historical process that generated the materialist dialectic. It can be affirmed that Caio Prado Júnior is an author who disputes education on the path of scientific socialism and that the work Dialectics of knowledge (1969) in its two tomes is the theoretical foundation, in order to show the possibility of dialectical thinking for the interpretation and production of knowledge for the historical development of society and nature. The need for a political education for the present is defended and the teaching guided by the materialist dialectical logic makes it possible to think of an education focused on the future, on social transformation.

**Keywords:** political education; dialectics; Caio Prado Junior.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DEM	Partido Democratas
FMI	Fundo Monetário Internacional
MEC-USAID	Ministério da Educação e Agência dos Estados Unidos da América para o desenvolvimento Internacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
REUNI	Programa de Reestruturação e ampliação das Universidades Federais
URSS	União das Repúblicas Socialistas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 EDUCAÇÃO POLÍTICA EM CAIO PRADO JÚNIOR: UMA DEFESA DA DIALÉTICA DO CONHECIMENTO.....	12
<b>2 UMA REVISÃO AFIRMATIVA DA NEGAÇÃO DA METAFÍSICA COMO MÉTODO</b> .....	<b>20</b>
2.1 RESULTADO DO SEU TEMPO: MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO.....	33
<b>2.1.1 Ciência e conhecimento</b> .....	<b>36</b>
<b>2.1.2 O problema político da sociedade capitalista</b> .....	<b>41</b>
<b>2.1.3 Sobre trabalho e educação</b> .....	<b>42</b>
<b>3 DO IMPÉRIO A REPÚBLICA: QUAL A EDUCAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL?</b> .....	<b>45</b>
<b>4 OS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO E A ESCOLA PARA A CLASSE TRABALHADORA, EDUCAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS MÉTODOS: REVISITANDO UM SENTIDO PARA O BRASIL</b> .....	<b>54</b>
4.1 PARA ALÉM DOS MUROS: A ESCOLA E O ENSINO NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	60
<b>5 APONTAMENTOS FINAIS</b> .....	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 EDUCAÇÃO POLÍTICA EM CAIO PRADO JÚNIOR: UMA DEFESA DA DIALÉTICA DO CONHECIMENTO

A pesquisa aqui apresentada é resultado de inquietações da vida prática e intelectual que emergem diante da sociedade capitalista. Questões que tangem a constituição de sermos sujeitos potencialmente ativos e transformadores da nossa realidade e as formas de inibição da potência do sujeito histórico transformador de si e da natureza. A vivência nesta sociedade nos leva a crer que somos seres únicos e especiais, no entanto, a singularidade, que é a expressão das múltiplas determinações que compõem o ser social, é camuflada em uma individualidade vazia, a crença em um destino já preestabelecido e abstrato, advindo de uma ideia geral de bem-estar social e merecimento, nos faz seres passivos diante da vida e das possíveis transformações sociais, tornando-nos meros observadores do processo histórico.

Buscamos, assim, substância para modificar a forma e o conteúdo dessa forma de pensamento e de práticas sociais, seja na organização política, seja nos espaços de produção do conhecimento social. Neste sentido, encontramos na obra de Caio Prado Júnior um caminho para a transformação objetiva e subjetiva desta sociedade. Desde a graduação em Ciências Sociais me deparo com essa contradição entre o indivíduo e a sociedade, em particular com a formação social brasileira. É na perspectiva do Caio Prado Jr. que encontro sentido de aprofundar a crítica e a prática da vida coletiva, pois este autor nos apresenta a potencialidade e os possíveis caminhos para esta mudança.

Nascido em 11 de fevereiro de 1907, na cidade de São Paulo, Caio Prado Júnior marca a história brasileira com sua singular experiência político-organizativa, de interpretação das relações capitalistas, do socialismo e das formas de enfrentamento à ordem do Capital, particularmente no Brasil e na União Soviética.

O autor, na diversidade do marxismo brasileiro, destaca-se pela interpretação mais sensível do movimento das relações concretas que fundam o Brasil colônia e que se industrializa dirigido desde então pelo Imperialismo. Aprofunda, assim, a interpretação sobre o Brasil colônia como uma muleta para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase superior; nos mostra o desenvolvimento e a evolução política brasileira e os possíveis caminhos que levam à transformação social e seus estudos hoje

nos inspiram a autocrítica e proposição de uma educação política de concepção materialista histórica Dialética. Caio Prado Júnior se dedicou a nos mostrar a possibilidade da Dialética do conhecimento como prática pedagógica para a educação política da classe trabalhadora. E apesar de contraditório, orientar as sensibilidades pela Dialética é um exercício histórico que se objetiva nas práticas de vida, rompendo com o cotidiano e com o senso comum.

O processo de ruptura com o pensamento dominante perpassa um profundo estudo de crítica e autocrítica, que pode vir a ser resultado do movimento da luta de classes e da organização política do proletariado, que potencialmente vem a romper essa construção do pensamento burguês. Mas sobretudo e aliado a isso, deve este conhecimento acumulado sob a forma Metafísica, ser rompido e substituído pelo pensamento revolucionário. Na prática de vida, no autoconhecimento e na linguagem, transformando os sentimentos e palavras que compõem o vocabulário burguês, pois as palavras e a linguagem expressam as relações de dominação que as criaram. Essa não é uma questão simples da linguística, muito menos do meta-discurso, mas é sim o exercício e o enfrentamento também no campo subjetivo, pois ele é a expressão objetiva dos valores e práticas da classe dominante.

As décadas de 1940 e 1950 foram agitadíssimas no cenário internacional. As marcas do fim da 2ª Guerra Mundial e os sussurros da guerra fria provocavam as fragilizações dos Estados socialistas e do movimento comunista em geral, que influenciados por visões reformistas e revisionistas da teoria e da prática, levaram o movimento a uma futura envergadura para a dominação capitalista. O XX Congresso da URSS em 1956, ao apontar caminhos de conciliação ao mesmo tempo em que aprofunda uma burocratização vertical da organização comunista internacional, teve grande influência nessa envergadura.

O PCB, entre 1940 e 1950 vive tempos de clandestinidade. Seu registro legal fora muitas vezes caçado, no entanto, mesmo que com seus militantes presos, exilados e assassinados, não deixou de se manter organizado. No final de 1950 e início dos anos 60 teve um curto respiro de ação legal. Os debates sobre os rumos do socialismo internacional, sobre a nascente Cuba socialista e sobre a realidade brasileira eram intensos e diversos. A interpretação oficial, em particular sobre a realidade brasileira, era a de que o Brasil teve origem feudal e, por isso, carrega as características de um Estado nacional pouco desenvolvido, com resquícios ainda aristocráticos, sendo necessário, a fim de alcançar o socialismo, efetivar a revolução burguesa. Caio

Prado Júnior, como militante do Partido Comunista Brasileiro, vê de fundo que a interpretação do Brasil feudal implica em mediações táticas de conciliação de classes, pois esta interpretação está diretamente relacionada com a singular forma de subsunção do trabalho ao capital nas colônias; e nesse sentido, segundo o autor, o PCB, estava errado na interpretação do Brasil feudal ou semifeudal. Encontramos nos documentos de resoluções, nas notas e nas posições do jornal Voz da Unidade, um PCB da década de 40 e 50 defendendo a conciliação de classes, direcionando seus militantes a atuar para o fim da carestia, aliando-se com setores médios da sociedade.

Mesmo que acuado e conciliador, o PCB dirigiu a Frente Democrática de Libertação Nacional (1950) na luta contra os resquícios feudais, pela paz, pela reforma agrária e por um “governo democrático popular”. Identificamos que estes são os elementos centrais da divergência apontada por Caio Prado Júnior, tendo sido o intelectual que apresentou, no campo da política organizativa, a leitura mais acertada sobre a particularidade brasileira. Com base nesta leitura, o autor, no livro *A Revolução Brasileira* (1966), pode conceber a estratégia socialista, apontando as mediações táticas adequadas para a conjuntura da época; já no campo de disputa da concepção e da produção do pensamento, destaca-se a obra *Dialética do Conhecimento* (1969), onde firma seu comprometimento de classe com o desenvolvimento de uma educação política para o proletariado. Mesmo vencido nas tribunas e resoluções partidárias, ainda assim deu continuidade às suas tarefas militantes na base do PCB, fomentando o debate teórico nos espaços próprios para isso. As acaloradas discussões travadas à época contribuem ainda hoje para a disputa política/estratégica e para o avanço das consciências.

Ainda em relação ao livro *Dialética do Conhecimento* (1969), o autor, amparado em amplos estudos filosóficos, aprofunda-se nas origens da Metafísica e no processo histórico que deu origem ao materialismo histórico Dialético. Neste contexto, Caio Prado Júnior afirma a Metafísica como método central do pensamento moderno, negando-a, a fim de superá-la por meio do método materialista histórico Dialético imposto pela *práxis*.

Apresenta, assim, a Dialética histórica materialista como método para o conhecimento do universo e da sociedade. A preocupação central do autor é mostrar que a Dialética tem uma história de desenvolvimento e que é possível no seu processo *apreendê-la* para que assim possamos ver o mundo dialeticamente. Ao elaborar essa linha de compreensão desde a pré-história da Metafísica e da lógica formal até a

Dialética histórica materialista, traça um pensamento que evidencia o movimento histórico e não a manifestação da ideia como o sopro criador da humanidade. Afirmando a negação da Metafísica, com elegância e erudição, indica a superioridade da Dialética como resposta ao desenvolvimento das contradições e das forças produtivas da sociedade.

Comprometido com o projeto histórico da classe trabalhadora, aos 45 anos, mergulha em um profundo estudo sobre a filosofia, buscando desmistificar a gênese do conhecimento e da constituição da mente, inserindo-se nos debates internacionais sobre o materialismo histórico Dialético. Assim o fez porque, conforme nos mostra Pericás (2015), a filosofia vem a ser a porta de entrada para os estudos mais profundos sobre o mundo do socialismo, pois é inseparável da luta de classes. Assim, a *Dialética do Conhecimento*, publicada em dois tomos no ano de 1952<sup>1</sup>, é o resultado do seu aprofundamento filosófico. O livro, para a sua época, foi profundo e gerou polêmicas. Por seu brilhantismo foi premiado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, no ano de 1952, com o Prêmio Horácio Lafer; e polêmico, pois, em que pese o reconhecimento, o autor sofreu críticas, dentre as quais, a própria concepção da lógica Dialética, posto que, para muitos, só existe a lógica positivista. É exatamente neste contexto de disputas sobre concepções de ciência e conhecimento que Caio Prado Júnior empenha-se em um esforço teórico de investigação e exposição dos métodos que disputam as compreensões de trabalho e relações sociais.

Esta dissertação, a saber, trata do livro *Dialética do Conhecimento*, em dois Tomos, totalizando 11 capítulos que aprofundam as origens do pensamento e, portanto, do conhecimento, como expressão do acúmulo histórico e da potencialidade que o materialismo histórico Dialético traz à teoria e à prática do conhecimento na sociedade moderna.

No Tomo I, o autor investiga as origens constitutivas do pensamento humano, apresentando os elementos constitutivos do pensamento racional, aprofundando-se nas origens históricas da produção do pensamento clássico, desde a linguagem, a filosofia, a psicologia e a educação.

Já no Tomo II, retoma a noção de gênese do processo histórico do conhecimento Metafísico, tratando, também, da gênese da Dialética, abordando uma leitura pioneira da interpretação da forma de “ser pessoa” na sociedade capitalista. Neste

---

<sup>1</sup> A edição utilizada nesta pesquisa é a de 1969.



Tomo, o autor tece forte crítica ao materialismo mecanicista, ao naturalismo, e ao socialismo utópico, retomando a trajetória histórica de vida de Marx e o desenvolvimento do materialismo histórico Dialético.

A livro investigado é organizado da seguinte forma:

No Tomo I, o autor inicia com o Capítulo 1 - o *Problema atual do conhecimento*, expondo a Dialética como um modo de pensar tal qual a Metafísica é uma forma de elaborar o pensamento, na qual a lógica formal não alcança a percepção Dialética da natureza nem da sociedade, pois é limitada pelos interesses de dominação social que restringem a condição de avanço das consciências e da ciência;

O Capítulo 2 - os *Ciclos do conhecimento (I)* apresenta a negação da concepção Metafísica do conhecimento, da lógica formal e dos vacilos do materialismo vulgar;

O autor aborda, no Capítulo 3 – os *Ciclos do conhecimento (II)*, a noção de “realidade objetiva”, que nada mais é que a materialidade objetiva determinando a forma como a natureza é manipulada de modo a produzir o desenvolvimento da vida social.

Como resultado da concepção dos Ciclos de conhecimento (I) e (II), Caio Prado Júnior identificou a singularidade da matemática, abordando-a em apêndice próprio, pós Capítulo 3, onde aponta elementos da sua importância para a evolução do conhecimento, operando como ferramenta para a revelação de brechas na Metafísica.

No capítulo 4, intitulado *As formas do pensamento: Linguagem e lógica formal*, o autor aprofunda a negação no âmbito da psicologia, mostrando que as formas de pensar são coordenadas e dirigidas conforme as relações históricas dominantes e seus interesses. Desnuda mais uma vez a lógica formal, apontando suas fragilidades, desde sua fragmentação até a percepção fantástica do homem, provando que a realidade não é positiva, mas sim histórica, feita de saltos e recuos suscetíveis às transformações.

Na segunda parte do livro – a *Pré-história da Dialética* – iniciada no capítulo 5, o autor vai a fundo nas origens da Metafísica, desconstruindo as bases que fundamentam a lógica formal, a própria Metafísica e o idealismo. Desbrava a história da filosofia, dos gregos aos socráticos, até o pensamento moderno, quando então apresenta a Dialética do conhecimento como resultado dos rompimentos provocados pelo desenvolvimento da história dos seres sociais, por suas transformações e superações.

Já no capítulo 6, nominado *Brecha na Metafísica Elaboração da Matemática*, Caio Prado Júnior desenvolve a elaboração iniciada no apêndice mencionado anteriormente, mostrando que as formas de pensar, as medições, a mensuração das distâncias e o desenvolvimento da linguagem e do pensamento, são todos produtos históricos criados pelos próprios homens em relação a si mesmos e à natureza, em resposta às necessidades de sobrevivência, encerrando o Tomo I da obra.

No Tomo II, iniciado no extenso Capítulo 7 – Gênese da Dialética – o autor traça um caminho crítico pela história da ciência e do conhecimento, perpassando aspectos dos mais diversos métodos científicos até então desenvolvidos, tais como: a Metafísica, o idealismo, o sensualismo, o naturalismo, o mecanicismo, o materialismo Metafísico, o essencialismo, a Dialética idealista e, por fim, a Dialética materialista. Neste capítulo, Caio Prado Júnior nos apresenta elementos para entender que o conhecimento é produto histórico, portanto, limitado e/ou impulsionado pelo estágio geral das relações sociais de produção e de trabalho. Nesse sentido, nos mostra os limites da origem da interpretação Dialética materialista quando ainda interpretada de forma ingênua e empirista. Afirma que a expansão marítima e a colonização, com protagonismo do homem branco europeu, proporcionaram avanços para o desenvolvimento das ciências naturais e humanas.

No Capítulo 8, intitulado *Dialética Materialista*, o autor evidencia que, nas condições históricas da revolução burguesa, emerge a Dialética materialista como resultado da transformação das relações feudais para as capitalistas. Neste contexto, Caio Prado Júnior afirma que surge o proletariado e com ele nasce também o materialismo histórico Dialético, gerando assim um desequilíbrio entre a relação sujeito/objeto, problema esse que a neófito burguesia, diz Prado Júnior (1969, p. 523), “não soube e não pode superar: a harmonização do sujeito e do objeto do conhecimento”. Completando o capítulo, o autor narra brevemente a trajetória de vida e trabalho de Karl Marx.

No curto capítulo 9, intitulado *Método Dialético*, o autor retoma, em síntese, a crítica à Metafísica, discutindo o processo que forma o pensamento e os conceitos. Afirma, assim, a Dialética como o método amadurecido para a compreensão da totalidade, pois os processos do pensamento sensível, tais quais a imaginação, as emoções e a linguagem, são reflexos conceituais da natureza e da materialidade histórica social.

No capítulo 10, *Teoria Dialética do Conhecimento*, Caio Prado Júnior inicia a sua exposição partindo do indivíduo para a sociedade, ainda que não se desvie da

totalidade das relações, afastando-se, por conseguinte, de qualquer viés idealista. Isto é corroborado pelo fato de, no mesmo capítulo, o autor rechaçar a neutralidade da ciência, afirmando que toda a ação de escolha do cientista produz uma modificação no ambiente ou nos sujeitos implicados nesta escolha, e esse movimento se dá do geral para o singular e do singular para o geral, dialeticamente. Ainda neste o capítulo, Caio Prado Júnior apresenta, através da crítica à Metafísica, os limites do cientista dito “neutro”, posto que, enquanto pesquisador, deixa de compreender o todo, restringindo-se ao seu campo de investigação de forma particularizada. Mostra, assim, que a Dialética é o contraditório que dá movimento para a totalidade, que nada mais é do que a unidade das singularidades e especificidades das partes que compõem a totalidade, e que são determinadas historicamente. Por fim, desenvolve a experiência, enquanto categoria histórica, como elemento do processo pensante que pode vir a ser limitada ou potencializada pelas relações sociais que às antecedem, sendo a história passada o fio condutor da vida presente e do futuro.

No capítulo 11, o último da obra, intitulado *Programa Lógico da Dialética*, o autor busca a interpretação sobre o conhecimento e a ciência, elaborando explicações que expõem as fragilidades e os limites da lógica formal, apresentando, como o título diz, um *programa* para a pesquisa social. Neste capítulo o autor aponta que, muito embora estejamos envoltos a contradições e limites impostos pela realidade capitalista, pelo individualismo e pela lógica formal, a Dialética materialista, ainda assim, apresenta-se como método mais elevado para a pesquisa científica e para a produção do conhecimento. Conforme o autor, o problema político criado pelo capitalismo, que é o proletariado, tem na Dialética materialista o seu resultado e sua revolução.

Afirmamos, pois, que esta obra em dois Tomos é fundamental para todas as pessoas que se interessam em “desconstruir”, de forma propositiva, a docência e as práticas de pesquisas. Mostrando, assim, que a *Dialética do Conhecimento* é prática necessária para o avanço das consciências e experimentos científicos.

A leitura deste livro abrange as diversas áreas do conhecimento e da produção científica, traçando a história da ciência do conhecimento. Permitindo-nos, assim, acessar uma singular interpretação sobre a natureza e a sociedade. Desvela, de forma categórica, a superioridade do materialismo histórico Dialético para as práticas de pesquisa e de docência.

A síntese, aqui apresentada, nos traz elementos para defendermos a Dialética do conhecimento como recurso pedagógico para a educação política, necessária para

a formação de professoras e professores comprometidos com a batalha das ideias, seja em sala de aula, seja nos espaços de organização política.

Caio Prado Júnior nos apresenta uma orientação para o imenso desafio enquanto pesquisadoras e professoras na área das ciências humanas: o de apreender e desenvolver a *práxis* nos espaços pedagógicos. Trata-se, pois, de uma contribuição de peso para a concepção de mundo, de ensino e de pesquisa, que haverá de ser desenvolvida como expressão da elevação das consciências para a organização política e transformação da realidade concreta.

Essa contribuição é bem-vinda, pois, no cotidiano do ensino, desde o desenvolvimento infantil ao superior, nos deparamos com as contradições e interesses antagônicos entre as classes. Esses interesses são evidentes ou ocultos nos currículos escolares, e portanto, implicados na prática docente, queiramos ou não. Entendemos que o método não é algo que se deixa de lado escondido no processo de ensino e pesquisa; ele é capilar, é o caminho que determina a vida coletiva, é a conceituação do sujeito e o objeto como se relacionam e o que podem vir a se tornar, pois “é o que “acontece” que constitui o conhecimento científico; e não o que é”. (Prado Júnior, 1966, p.15).

Pode-se afirmar que Caio Prado Júnior é o autor que disputa a educação no caminho do socialismo científico, e que a obra *Dialética do conhecimento* (1969), em seus dois tomos, é a fundamentação teórica a fim de mostrar a possibilidade do pensamento Dialético para interpretar e produzir o conhecimento para o desenvolvimento histórico da sociedade e da natureza.

Neste prisma, Entendemos que a Educação política é uma tarefa histórica e para a prática pedagógica desta educação defendemos a Dialética do conhecimento e não só para a educação política mas também para a prática docente das diversas áreas do conhecimento, apresentamos essa contribuição para a leitura e compreensão da obra de Caio Prado Júnior, incentivando o método materialista histórico dialético como caminho para a construção de metodologias e práticas de ensino e pesquisa e na elaboração de planos de aula para as licenciaturas em geral.

## 2 UMA REVISÃO AFIRMATIVA DA NEGAÇÃO DA METAFÍSICA COMO MÉTODO

De que maneira o homem reconhece e identifica as feições do Universo a fim de se conduzir em consequência? É esse o nosso problema, que nos leva a examinar a natureza e estrutura do conhecimento que serve de base para tal conhecimento e identificação (Prado Júnior, 1969, p. 172).

Neste capítulo abordaremos a produção e a reprodução da lógica Metafísica como manifestação histórica das formas de produzir e reproduzir a vida na sociedade moderna. Abordaremos também a concepção moderna de ser social, ou seja, do indivíduo burguês, e a afirmação da possibilidade de negação das formas dominantes de produção da vida e do trabalho e o desenvolvimento de outra forma de pensar.

Desde o processo de passagem da natureza para a sociedade, o desenvolvimento da consciência humana veio em unidade com as relações de propriedade dos meios de produzir e reproduzir a vida e das relações de divisão do trabalho. Qualquer sociedade para se reproduzir há de ser regida por regras transmitidas, produzidas e reproduzidas conforme as necessidades de manutenção das relações sociais e de trabalho de um determinado tempo histórico. As formas de consciência, expressam, assim, o estágio de desenvolvimento da humanidade, que por sua vez, expressa as forças produtivas e os meios de produção no tempo e no território.

Entendemos que desde as origens das sociedades de classe, o sujeito histórico é subsumido aos preconceitos, às opressões e às mistificações sobre as origens da natureza e da sociedade. A visão de mundo que predomina é a esotérica, que é naturalizada e reproduzida desde o desenvolvimento infantil até a maturidade dos sujeitos sociais. Identificamos que a linguagem, como mediação entre a percepção do objeto pelo sensível e sua manifestação, reflete as concepções de mundo e as relações de trabalho de determinado tempo e local. A necessidade de comunicar, de contar as quantidades, medir as distâncias ou mensurar os pesos, são determinantes e determinadas pelas relações de trabalho e de desenvolvimento das formas de pensar e se reproduzir enquanto espécie.

Para Caio Prado Jr, no capitalismo, as faculdades mentais são deformadas pela Metafísica e pelo idealismo. Essa deformação, como observa o autor, é promovida desde as linguagens que expressam os valores da classe dominante que a normatiza. O autor também nos indica que compreender a realidade pelas lentes da

Metafísica afasta e estranha o sujeito dele mesmo; fragmenta e limita o sujeito coletivo histórico, tornando-o indivíduo mistificado. A Metafísica, o idealismo e a lógica formal são lentes que invertem o ser e o pensar. Em resposta, Caio Prado Jr apresenta a possibilidade de vida com outra lente, que torna nítida a visão, possibilitando que o sujeito historicamente determinado assim se perceba, tornando-se autoconsciente.

Essa “lente”, proposta pelo autor, resulta em um enfrentamento direto às concepções de trabalho e natureza fundantes da sociedade de classes e, em específico, da sociedade moderna. E é nesse sentido que buscamos, neste intérprete brasileiro, elementos para a crítica e para a proposição de uma alternativa de formação da mente, que transpassa o desenvolvimento infantil até a vida adulta, aliando-se às potencialidades do materialismo histórico Dialético como prática pedagógica para um novo olhar sobre si e sobre o mundo.

Neste ponto, mister apontar que os contatos primários do ser com o mundo são sensoriais e ocorrem desde a gestação; ao nascer, a percepção do mundo externo e sobre si próprio já estão prontos e estabelecidos conforme as ideias e práticas sociais estabelecidas pelos antepassados, e determinadas historicamente pelas classes dominantes. O pequeno novo ser é ensinado a compreender o sentido da existência, de si e dos outros, conforme as práticas e a percepção sensível da burguesia. Ao acessar o conhecimento histórico, racional, da materialidade e do sensível, no caso da sociedade capitalista, ele se parece caótico e sem sentido, forjado pelo pensamento religioso a uma *criação fantástica*<sup>2</sup>, e desta forma a classe dominante exerce o controle político ideológico, primeiramente pelo pensamento religioso, através da família, e depois pela educação formal, também alienada e mistificada.

A alienação e o estranhamento são relações reflexo da divisão do trabalho e da fragmentação do processo produtivo, onde o trabalhador não só não se reconhece no que produz como se torna estranho de si mesmo enquanto classe. Caio Prado Jr. identifica esta problemática no processo de constituição das subjetividades, da personalidade e do caráter da pessoa na sociedade capitalista. Apesar de interpretar a

---

<sup>2</sup> “A religião é a teoria geral desse mundo, o seu compêndio enciclopédico, a sua forma popular, o seu point d’honneur [ponto de honra] espiritualista, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu complemento solene, o seu motivo geral de justificativa e consolo. É a realização fantástica da criatura humana, porque a criatura humana não possui realidade verdadeira. A luta contra a religião é, portanto, por vias indiretas, a luta contra aquele mundo cuja fragrância intelectual é a religião” (Marx, 2013b, p. 30).

ideologia como reflexo necessário da consciência humana, o autor nos mostra que a consciência é social, histórica e que, por meio do trabalho, transforma-se a natureza em sociedade, transformando, como consequência, a si mesmo.

Na sociedade capitalista, com a fragmentação e a intensificação do trabalho, o tempo livre se transforma em tempo de reprodução da força de trabalho para o capital, pois todas as atividades que se faz, no chamado tempo livre, de uma forma ou de outra são reproduções de si mesmo para ter condições de manutenção material e emocional para o outro dia de trabalho. A forma atual de divisão do trabalho impacta o trabalhador para além do seu turno laboral, posto que, nas atividades realizadas fora do seu turno, como por exemplo em espaços para desporto, ou o próprio entretenimento, ou ainda mesmo nas atividades de movimentos sociais, são levados a reproduzirem a lógica dos valores da ideologia dominante. Manter os verdadeiros produtores da riqueza afastados das possibilidades de transformação material, fazendo-os reproduzirem uma ausência de consciência política emancipatória, é tarefa fundamental da burguesia para sua manutenção como classe dominante.

Desde o berço os estímulos visuais são ancorados em simbologias, como por exemplo, a determinação por cores: azul de menino e rosa de menina; ou até mesmo os desenhos e contos infantis que provocam estímulos e induzem a mente em desenvolvimento para a conservação de valores e práticas que, em última instância, remetem a divisão sexual do trabalho, definindo as tarefas em casa e na rua. Como consequência, (de)formam e enquadram a sensibilidade ainda na tenra infância aos interesses e valores da sociedade burguesa, que é fundada na Metafísica e que produz as formas de pensamento pela lógica formal e pelo idealismo, com objetivo de garantir as relações de trabalho explorado, disciplinado, passivo e subsumido às necessidades da extração de mais-valia. Educa, assim, o proletariado, e o faz pensar a partir da moral dos dominadores. Em casa, na igreja, no trabalho, na escola, e com apoio da grande mídia, a mente é estimulada para a constituição de uma consciência carregada de valores e práticas que não correspondem à realidade imediata da classe trabalhadora.

É de fundamental importância apreender que o conhecimento é feito no processo histórico de produção e de desenvolvimento do trabalho e da mente humana. Neste sentido, captar o que o movimento histórico determina é conhecer o que o embaralha, que o inverte e inibe o seu próprio desenvolvimento. Vimos que o sentido para as percepções da realidade objetiva, como afirma Prado Júnior (1969, p. 35) são

as “concepções aceitas no passado sem discussão, e que hoje vemos claramente como embaraçavam o progresso do conhecimento”.

Portanto, apreender a gênese da “criação” do conhecimento, o contexto e os limites que se expressam nos interesses das classes dirigentes é fundamental para a superação da Metafísica. Assim, podemos afirmar que um dos problemas atuais do conhecimento é o seu próprio conhecer. Ou seja, ter a consciência do movimento histórico, que é próprio do conhecimento, revelando, assim, a possibilidade de transformação desde suas bases.

Entendemos que as concepções dominantes sobre a existência da natureza e da sociedade são impregnadas em nosso dia a dia, na empiria imediata do cotidiano e no senso comum. Acreditar em uma natureza superior, criadora do homem e da mulher a sua imagem e semelhança, com um destino previamente determinado, criadora até mesmo da própria matéria, é a norma. Criticar isso que é o anormal.

Em pleno século XXI vemos difundir-se, em meio a classe trabalhadora, as interpretações que retratam visões da parcela mais conservadora das classes dominantes, tais como, a moral e os bons costumes, como prescritos pelas literaturas religiosas mais antigas, criando espaço para “terraplanismos”. A noção de uma natureza humana imutável, assim como, imutáveis são as Leis do Universo, naturalizam as desigualdades sociais, a divisão de poder entre os sexos, e a divisão do trabalho, fazendo da Metafísica o cotidiano de ser e de pensar.

Questionar a Metafísica como forma de conhecimento é sobretudo questionar como pensamos, é isso que nos leva a aprofundar o porquê de pensarmos como pensamos. Estas questões intrigantes são fundamentais para as educadoras e educadores, quando comprometidos com a tarefa de romper o senso comum e de elevar as consciências. E, na medida em que questionamos a Metafísica, encontramos as brechas que ela é capaz de contemplar. Neste sentido, questionar a Metafísica e, no mesmo movimento, descobrir a história da Dialética é, para Prado Júnior (1969, p.13) “[...] nosso ponto de partida: estávamos querendo saber o que é a Dialética, e verificamos que para isso é necessário conhecer a Dialética; queremos em seguida sair desse círculo vicioso [...]”, e que só a Dialética nos permite interpretar as condições históricas para a percepção sensível da realidade objetiva a fim de transformá-la.

A totalidade das relações sociais e o ser social são, ao mesmo tempo, produto e produtores, em um conjunto mais ou menos complexo, de singularidade e especificidade de cada ser, pois, o ser singular é um elemento da múltipla diversidade que



compõe a totalidade dinâmica da existência natural e social; é a unidade da mente, do corpo e da natureza, assim como, do sujeito e do objeto que compõem a totalidade das relações sociais de característica única e diversa.

Visto assim, essa totalidade é conduzida e determinada pelos próprios sujeitos sociais, no entanto, aparentemente tudo é ordenado e comandado por forças que não temos domínio. Assim é na natureza, na vida privada, na escola, no trabalho; tudo faz parte de um plano superior e destinado a um fim racional que levará a glória; conduzindo, desta forma, a maioria da sociedade à conformação, via ideologia e moral acética, da dignificação pelo trabalho, suplementada, também, pelo medo da mudança, afinal de contas: *sempre foi assim e sempre vai ser*, aprofundando a ideia de que cada um tem seu lugar e sua função na sociedade, e de que a sociedade é desigual por natureza; assim, a forma social do capital se afirma no cotidiano do indivíduo e da natureza humana.

A interpretação do mundo pela Metafísica, na consideração geral do universo, conforme Prado Júnior (1969, p. 12), “é o que constitui seu ponto de partida em qualquer indagação, são sempre os indivíduos que compõem aquele Universo e a individualidade deles”, assim, se conduz a formação cognitiva no sentido de que o indivíduo não é sujeito da sua história, atomizando-o e fragmentando a sociedade, a autoconsciência e a consciência coletiva, produzindo uma individualidade neutra que olha por si e não se envolve com o que é para o outro, pois o outro é em potencial um concorrente, criando, conforme expõe Mazzeo (2019) o “indivíduo que concorre com outro indivíduo, afirmando-se nesse processo e fazendo emergir sua síntese o personalismo e o egoísmo - suas correlatas, a inveja e o ciúme.”

O individualismo é inimigo da Dialética, pois ele leva a um anulamento das diferenças e contradições, naturalizando a ação do sujeito como se não tivesse um método e uma moral por trás da criação dos conceitos e categorias como reflexo das mediações entre sujeito e objeto, escondido na ideia apriorística da natureza humana. Cria, portanto, entraves para a interpretação do mundo pela Dialética, sendo necessário, a fim de compreendê-la

[...] pensar dialeticamente, isto é, conhecer a dialética para conhecê-la; e isso porque se na análise de recorreremos a nossos processos habituais de pensamento e raciocínio, que são a lógica metafísica, o que teremos será uma visão ou interpretação metafísica da dialética, e não a dialética – deformação aliás que ocorre frequentemente e que encontramos estampada em todos os tratados e obras clássicas e correntes de crítica e história da Filosofia (Prado Júnior, 1969, p. 11).

O movimento que afirma a negação da Metafísica e da lógica formal mostra que, independentemente da vontade de qualquer sujeito, é na realidade objetiva que o conhecimento é produzido, sendo, os sujeitos, também o seu produtor. As condições que o pensamento toma forma e se manifesta como conhecimento se forjam no movimento das relações materiais; no entanto, para o proletariado, o conhecimento é invertido, não correspondendo a sua realidade, mas sim escondendo, na apriorística idealista, a intrínseca relação histórica de dominação e constituição do pensamento. Neste sentido, afirma o autor que

A Dialética, em oposição a esse método metafísico de abordar e analisar os objetos do pensamento e do conhecimento, considera ante as relações, o “conjunto” e a “unidade” universal donde decorrem tais relações; e é nessas relações, sejam no espaço, sejam no tempo (quando mais propriamente elas se denominam “processos”), é nelas que a Dialética vai procurar e determinar os “indivíduos” e sua “individualidade” própria (Prado Júnior, 1969, p. 13).

Ainda nesse diverso processo de busca pela Dialética materialista, Caio Prado Jr nos apresenta aos materialistas vulgares (metafísicos e empiristas), que encontraram uma aparente solução indutiva do pensamento, mas que escorregaram no formalismo idealista. Ainda na esteira das críticas ao idealismo e à especulação, a noção do materialismo vulgar, conforme Prado Júnior (1969, p. 42), é “[...] o abismo entre as representações intuitivas e concretas, e o caráter cada vez mais abstrato das teorias científicas”. Teorias estas que universalizam as leis da natureza, levando a interpretação do homem particularizado. Neste prisma, o autor afirma:

Não é, portanto, o “particular” que se faz antes do objeto do pensamento, mas o “universal”; e é deste que passamos para aquele. Isso nos mostra que as noções ou conceitos universais tem uma “consistência” maior que aquela que lhes atribui o nominalismo: e que esse produto do pensamento que é o “universal” – produto genuíno dele, sem dúvida, porque o que existe no mundo exterior e nos é dado pela experiência sensível imediata, são apenas as coisas ou indivíduos particulares – aquele pensamento tem um importante papel no conhecimento. A tarefa própria do pensamento, as operações mentais por si e distintas da intuição sensível, são, pois, de grande relevo (Prado Júnior, 1969, p. 46).

Na discussão de combate ao esotérico com o fim de desmistificar as operações sensíveis da mente, afirmamos que nem o idealismo, nem o materialismo vulgar, deram conta de explicitar o problema do conhecimento, pois, conforme o pecebista:

O idealismo se funda precisamente no problema metafísico apontado e que o materialismo vulgar deixa em aberto. Partindo de suas premissas que se

fundam na constatação, confusa embora e mal interpretada, do papel do pensamento no processo de elaboração do conhecimento, o idealismo se propõe explicar o que se assemelha a uma não-correspondência entre o pensamento e o mundo exterior; conclusão essa a que leva necessariamente a concepção metafísica de um Universo pulverizado de "coisas" díspares e independentes. E vai assim procurar nas operações mentais a fonte originária do conhecimento. Mas se isso de um lado lhe abre perspectivas para os problemas do pensamento, que o materialismo vulgar contorna pela maneira que vimos, doutro o impele no sentido de destacar o pensamento da Realidade objetiva, e de o considerar em si e como independente daquela realidade (Prado Júnior, 1969, p. 49-50).

Em contrapartida, entendemos que a função psíquica de raciocinar e planejar são próprias do ser social, pois, movido pela necessidade, produz o conhecimento e pode fazer dele ciência. Esta capacidade sensível, quando orientada pela lógica formal, é feita por uma ordenação progressiva de causa e consequência imutáveis. Na noção idealista, conforme o autor, acabam por fazer

[...] da sensibilidade uma coleção de órgãos ou "sentidos" que são registros estáticos e passivos de impressões vindas do exterior, é deixar de fora o essencial dela, que é seu dinamismo e o processo de coordenação que ele implica, onde precisamente se encontra a verdadeira trama de que se constitui a vida sensível dos indivíduos (Prado Júnior, 1969, p. 63).

As características de percepção do sensível, de conceber a imaginação como potência para a ação sensível, definem particularidades de cada tempo e território, desta forma identificamos que a maioria das escolas de pensamento da era moderna são limitadas ao explica que a imaginação e os sentidos precedem a realidade objetiva, contrário a esta maioria, entendemos que são as necessidades objetivas de trabalho, de moradia, de alimentação, de cuidados com a saúde, de produzir arte e estética, que determinam e são determinadas pela vida coletiva, produzindo e se reproduzindo desde o processo de desenvolvimento infantil até a vida profissional. Vigotski, em *Imaginação, Criatividade e Infância* (2018) consonante com Caio Prado Jr, mostra que neste processo, a apreensão do conhecimento socialmente produzido se expressa na imaginação e na criatividade, resultado das relações objetivas que o ser desenvolve, concluindo que, para Vigotski (2018), é "exatamente a atividade criadora que faz do homem um ser que se volta para o futuro, erigindo-o e modificando seu presente". Na mesma linha, aponta que

[...] nenhuma invenção e descoberta científica pode surgir antes que aconteçam as condições materiais e psicológicas necessárias para seu surgimento.

A criação é um processo de herança histórica em que cada forma que sucede é determinada pelas anteriores (Vigotski, 2018, p. 44).

O conhecimento, portanto, é resultado das percepções sensíveis da vivência do sujeito e da objetividade concreta das relações que o circundam, sendo que, para Prado (1969, p. 58) “é na base de um patrimônio cultural transmitido do passado e enriquecido no presente, que cada indivíduo traz a sua contribuição própria”. O conhecimento, o pensamento e a atividade cognitiva são resultados sensíveis e eminentemente sociais, transmitidos pela linguagem. Nesse sentido, assevera Caio Prado Jr que

[...] constituem sem dúvida os laços pelos quais o homem e seu pensamento se relacionam com o mundo exterior; mas não passam de [órgãos dessas relações, e não as constituem. Essas relações e estabelecem e formam na ação e pela ação, e se os sentidos desempenham nessa ação o papel essencial e primordial de meios de comunicação entre a esferas objetiva e subjetiva, esse papel não é senão o de ligação e informação que fazem possíveis, mas não passam de órgãos dessas relações, e não as constituem (Prado Júnior, 1969, p. 60).

E, segue afirmando

[...] o caráter social da produção do conhecimento emancipatório, pelo enfrentamento direto ao pensamento essencialista, individualista e idealista de modo que a sensação e conhecimento não são fatores mecânicos, mas sim processos dotados de um autodinamismo próprio. O essencial a considerar neles é, portanto, esse autodinamismo, o desenvolvimento do processo e seu “devenir”, e não seus momentos que são as sensações e as imagens consideradas em si. [...] Vimos que isso que chamamos “sensações” são dados sensoriais complexos resultantes da experiência sensível; a imaginação, processo consequente, constitui um segundo plano de coordenação derivado do primeiro, mas que com ele não se confunde. E isso nos leva ao conhecimento, porque já naquele segundo plano encontramos os germes do processo cognitivo: o conhecimento no seu nascedouro e “devenir”, prestes a desvencilhar-se e se destacar de sua matriz fisiológica (Prado Júnior, 1969, p. 67-68).

Conforme indicam os autores, a disputa sobre a concepção e produção histórica da materialidade é primária para a constituição subjetiva e, por consequência, para a produção do conhecimento. É certo que estes autores entendem que só é possível se realizar enquanto novo ser quando as condições materiais existirem de forma plena para esta nova subjetividade.

Entendemos que a constituição do ser social possui centralidade no trabalho, e esta característica é determinante para nos diferenciarmos dos outros seres vivos, vez que a imaginação e a criatividade, frutos da necessidade de sobrevivência,

revelam faculdades mentais superiores aos outros animais. E, é possível afirmar que é neste processo de construção das relações sociais e de trabalho que se desenvolvem, por exemplo, a linguagem e a capacidade de registrar as ações, e não em uma manifestação divina, conforme defendem os idealistas. Assim, para pensar o processo de educação política e o desenvolvimento emancipado da classe trabalhadora, encontramos na superioridade da Dialética materialista elementos norteadores para a prática educativa.

A imaginação, como faculdade mental superior, é resultado da captação sensível da materialidade, sendo potencialmente criativa, e conforme Vigotski (2018, p. 43) “[...] depende da experiência, das necessidades e dos interesses sob cuja forma essas atividades se expressam.”. Nesse sentido, a limitação de experiências e relações entre os pares afeta de forma degenerativa o potencial criativo. A atividade criadora é tipicamente social; é criativa, e é experiência, seja em qual tempo histórico for. Assim, as necessidades sociais conduzem as formas de constituir e de reproduzir os corpos e as mentes.

Neste contexto, podemos afirmar que a constituição da mente se dá por um movimento de avanços e recuos, produzida relacionalmente pelo trabalho e demais dinâmicas de reprodução da vida. E são os sujeitos, sensíveis e temporais, que materialmente constroem o pensamento, a linguagem e as demais representações sociais. Esse processo contraditório é representado pela linguagem, por meio de conceitos e categorias que são as mediações entre a experiência e o pensamento. Assim, afirma o autor brasileiro:

Tanto a representação conceptual sai e resulta da representação sensível, como esta última, num movimento inverso do pensamento que temos ocasião de ver, pode resultar e resulta efetivamente da primeira. Representação conceptual e representação sensível são assim apenas momentos extremos de um processo e somente se caracterizam no curso e em função desse processo (Prado Júnior, 1969, p. 86).

Lembrando que o que pensamento, conforme Prado (1969), “vai da atividade ao conhecimento”, portanto

A conceituação e os conceitos não são senão resultantes de uma coordenação da experiência sensível e de sua representação mental. A transformação de conceitos em representações sensíveis não seria, portanto, senão o movimento inverso no processo de coordenação: a fase descendente do ciclo do conhecimento refaria, em sentido contrário, o movimento de elaboração conceptual realizado na fase ascendente (Prado Júnior, 1969, p. 97-98).

O desenvolvimento do conhecimento é, portanto, resultado do processo objetivo, ou seja, da percepção sensível da realidade material historicamente determinada e conduzida aos interesses de manutenção da vida. Mostra, de forma geral, que o conhecimento descende e ascende, sendo ascendente o momento da apreensão da realidade objetiva, e descendente o momento de sua representação subjetiva que volta a se materializar quando é refletida na sociedade pela forma da linguagem.

Contudo, Prado (1969, p. 154) afirma que “A linguagem é assim ao mesmo tempo que expressão exterior do pensamento, uma das maneiras de ser desse pensamento”, expondo a existência de uma íntima relação entre pensamento e linguagem, confundida e equivocadamente interpretada pelo idealismo. Vejamos:

Essa confusão entre pensamento e linguagem é aliás inevitável em autores de concepção metafísicas, que é o caso de toda Filosofia e psicologia correntes, pois ela se encontra implícita nas próprias premissas da metafísica e especificamente em sua Lógica. A Lógica metafísica é forçada a adotar como ponto de partida, quer queira quer não, a linguagem, e estrutura-se sobre ela, pois uma vez que não vai aos fatos psicológicos, e se propõe fora e acima deles, não encontra nada mais de concreto em que se apegar senão a linguagem (Prado Júnior, 1969, p. 151).

Nesta confusão, identificamos que os idealistas não admitem o contraditório, ou sequer conseguem alcançar esse nível do pensamento, reduzindo os conceitos e a linguagem à lógica. Assim, defende o autor:

É isso precisamente que a metafísica é incapaz de enxergar, mesmo de conceber. “Diferença” para ela é somente aquilo que *separa*, com exclusão completa do que *une*; quando qualquer separação não é senão função da união preliminar (o simples fato de confrontar para distinguir não postula desde logo a união?) Ignorando isso a Metafísica adota o método de introduzir seccionamentos rígidos nos assuntos de que trata – e já temos visto tais casos anteriormente – e logo que distingue pensamento e linguagem, trata de delimitá-los rigorosamente, separando-os em esferas estanques e entidades irreduzíveis (Prado Júnior, 1969, p. 153).

Caio Prado Jr. se afirma na negação, ou seja, ao elaborar a crítica da construção do pensamento pela Metafísica, mostra nesse processo de análise que todo e qualquer conhecimento é resultado da vida prática, que corresponde às necessidades de reprodução orgânica e social. Neste sentido, só a crítica Materialista histórica tem a potência de mostrar que os princípios da Metafísica falseiam a percepção da realidade concreta.

Assim, é nas origens da Metafísica que se percebe a concepção hegemônica como forma de pensamento, sendo resultado de seu tempo e das relações territoriais e de dominação social, e é no limite do conhecimento e da ciência que a Metafísica se mostra frágil, revelando suas brechas, e é nesses espaços que a crítica pode demonstrar os limites desta teoria e a necessidade de construção do pensamento Dialético, pois

[...]dará nos seus pontos mais fracos; naqueles setores do conhecimento onde por circunstâncias específicas as concepções metafísicas se mostrarão menos próprias para reterem o pensamento e o impedirem de passar a barreira “coisista” e penetrar a unidade fundamental do Universal, traduzindo-o em novos relacionamentos (Prado Júnior, 1969, p. 218).

Conhecer o conhecimento é um ato histórico e necessário para a reproduzibilidade social, que se desenvolve sob formas sociais determinadas por processos de rompimentos e avanços. Identificamos, também, que no processo histórico de desenvolvimento, as sociedades de classes foram se reproduzindo esotericamente no campo das ideias, levando os sujeitos a uma percepção invertida da realidade, como se ela os produzisse sem eles terem ação na produção desta sociedade. Assim, o sujeito e o conhecimento, que são ontológicos, passam a ser separados.

Nesse sentido, as forças conservadoras, que tem o domínio da educação em todos os âmbitos da vida, têm também a direção do Estado e das políticas públicas, conduzindo, assim, a educação formal e informal para a concepção de mundo conforme o método Metafísico de ser, pensar e reproduzir a sociedade. Criam, desta forma, indivíduos competitivos e hierarquizados já desde o início do letramento até as representações mentais mais complexas.

Podemos afirmar que esse processo histórico de (r)evolução do ser social teve, somente pela revolução burguesa, a possibilidade de desenvolvimento do pensamento ao alcance da Dialética materialista histórica, pois, foi a contradição antagônica que dela surgiu que gerou a mudança que provocou um novo problema do conhecimento. Mudança essa que a nascente burguesia não pode dar conta de superar. Neste sentido, afirma Prado que

É interessante notar bem esses aspectos da evolução ideológica da primeira metade do séc. XIX, porque neles se começam a perceber as circunstâncias históricas novas que levarão ao desastre definitivo da Metafísica que no século anterior ainda se mostra suficientemente amolgável para conter a solução do problema político então pendente. O novo problema político do séc.

XIX, que será o proletariado, demandava outro avanço do Conhecimento do Homem; esse avanço já não será mais possível nos quadros tradicionais da Metafísica. O socialismo utópico fizera a experiência e fracassara: a Metafísica tinha, portanto, de ser superada (Prado Júnior, 1969, p. 512).

Este problema político, que a burguesia nascente não pode harmonizar de outra forma que não pela coerção e pela força, é resultado da revolução industrial e política contra o feudalismo. Identificamos que o proletariado é o problema político, porquanto nasce como uma nova classe social potencialmente revolucionária. Prado aborda o tema sob o seguinte prisma

[...] esclarecer o novo problema político do séc. XIX, que é o proletariado, se distingue fundamentalmente do século anterior, que foi da burguesia. O assunto agora se faz claro; não era possível transpor o novo salto histórico nem a Filosofia nem com os métodos políticos que tinham sido os da burguesia (Prado Júnior, 1969, p. 521).

Até esse pensamento ser elaborado na sua forma mais elevada, o processo histórico, que nunca é equilibrado, expressou, no movimento político contra a nova ordem, vários momentos do seu desenvolvimento. Conforme Caio Prado Jr, a força da Metafísica que deforma a possibilidade de interpretação e degenera o movimento do proletariado, degenera também as diversas interpretações materialistas da realidade, da natureza e da sociedade. O caminho é longo e fragmentado e se faz (ainda hoje) entre o sensualismo, o naturalismo, o mecanicismo, o materialismo metafísico, o essencialismo, a Dialética idealista, o socialismo utópico até chegar à Dialética materialista.

Sendo assim, Caio Prado Jr, em consonância com a interpretação de Engels sobre o socialismo utópico, apresenta-o como uma extensão da Metafísica, e não como sua superação. As boas intenções, dos socialistas utópicos, se refletem em ingênuas proposições que oscilam entre o retorno à vida romântica das comunas feudais e o artesanato, até conciliações e adaptações às novas regras, sendo o problema central e a resolução proposta pelos utópicos: a propriedade e sua distribuição conforme Prado (1969, p. 529) “tratar-se-á de distribuí-la melhor. A questão não estará em caracterizar as relações reais e concretas existentes de fato entre os homens, a fim de atuar sobre elas e dar-lhes novas feição”. Assim também ocorre com o trabalho, a justiça e a moral, que aparecem do nada como uma “entificação” da atividade humana, um mero conceito.



No entanto, reconhece que os socialistas utópicos promoveram um avanço no conhecimento, na medida em que, com suas ações concretas, organizam-se e criam estruturas de vivência e trabalho. Em contraposição às formas nascentes do capital, teóricos do socialista utópico, tais como Owen, Fourier e Saint-Simon, abriram perspectivas para a unidade da teoria e da prática do pensamento e da ação. Frente ao novo problema político, o caminho já estava sendo traçado para a elevação das formas de consciência para desenvolvimento do conhecimento e lógica de pensar.

O socialismo científico só foi possível pois tem em suas origens nos fatos históricos. Conforme Prado (1969, p. 544), “As relações que as precederam e o movimento histórico através do qual essas relações anteriores se transformaram nas relações atuais que são consideradas” para o desenvolvimento do socialismo científico. Segue afirmando o autor

Nesse devir, o materialismo dialético não ocorreu nem foi registrado por Marx e Engels, por tratados sobre o método e sua aplicação, ocorreu no processo de percepção sensível, tendo já as bases do pensamento na dialética idealista, e avançando na interpretação e intervenção da realidade. As transformações históricas levaram a essa percepção da “Dialética” para Marx é só e unicamente o movimento, a transformação verificada na Realidade objetiva e que podemos constatar e observar nos fatos concretos [...] Quer dizer que o que Marx chama de seu “método dialético [...] é o próprio mundo material, no seu movimento e transformação permanentes, que se transpõe e traduz no espírito humano, constituindo aí, com essa “transposição e tradução” o mundo das ideias (Prado Júnior, 1969, p. 548).

Os intelectuais do proletariado, sucessores dos mestres filósofos, debruçaram-se, e ainda se debruçam, para nos apresentar e orientar a interpretação do próprio método. A tarefa é de apreender o movimento do sujeito revolucionário e aprofundar a Dialética do conhecimento ainda no capitalismo, pois o conhecimento não deixa de ser um campo de batalha política para a desideologização da ciência. Pela lógica Dialética, a interpretação sobre o conhecimento expõe a fragilidade da lógica dominante que se desenvolve limitada por seus interesses de manutenção da exploração do trabalho.

Caio Prado Jr, no seu estudo filosófico, contribui para a superação das percepções do idealismo e, sem dúvida, em vários momentos da elaboração, tem o suspiro otimista da apreensão da Dialética do conhecimento como orientador para o desenvolvimento dos seres sociais e a autoconsciência histórica.

Estamos convencidos da importância da crítica à Metafísica, que é a raiz de todas as outras formulações sobre o conhecimento, para a sua superação com as condições materiais que possibilitaram a elaboração da Dialética materialista.

Captar as engrenagens que movem as forças sociais e naturais e as possibilidades de transformação é um desafio para a educação política do proletariado. Neste sentido, perceber a realidade objetiva como a totalidade das relações entre o homem e a natureza é um ato político.

Dessa forma, identificamos que o sujeito, para se tornar indivíduo, é educado a pensar misticamente, e que a disputa se dá na transformação material do sensível. Para que isso ocorra é fundamental construir a educação política com base na Dialética do conhecimento, pois este método não se prende aos interesses conservadores de dominação do homem pelo homem, mas mostra o seu potencial histórico de transformação.

Portanto, nesse caminho de afirmar a negação da Metafísica como método, negando, assim, as formas de pensamento para o desenvolvimento do ser social, apresentamos, nesse processo, um potente salto de qualidade que tende a elevar ontologicamente a vida e o desenvolvimento psicossocial da classe trabalhadora.

## 2.1 RESULTADO DO SEU TEMPO: MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO

Exposta e reforçada a afirmação da negação da Metafísica, vejamos os elementos objetivos que proporcionaram a elaboração do materialismo histórico Dialético.

Entendemos que é a experiência o que possibilita a reflexão constitutiva das mediações para a expressão das formas de pensamento. Como já vimos, as formas de pensamento são exteriores e anteriores ao ser pensante; elas o compõem e são compostas por ele. Nesse sentido, as formulações que chegaram à Dialética materialista histórica só foram possíveis dada a revolução das forças produtivas e dos meios de produção que deram origem a sociedade capitalista, que por sua vez, produziu uma nova contradição, dando novas feições ao mercantilismo e subsumindo-o às relações da propriedade privada capitalista, mudando, portanto, as relações de divisão do trabalho, fazendo emergir uma nova classe: o proletariado.

Somente o avanço das forças produtivas, sob o novo modo de produção material e de reprodução do trabalho, possibilitou os elementos conceituais para o desenvolvimento do materialismo histórico Dialético, mostrando na crítica da economia-política e nas suas formas de organização classista, as raízes para o enfrentamento do modo de produção capitalista. Porém, enquanto as formas de pensamento forem ditadas na razão divina, as suas contradições imanentes ficam escondidas nas crenças que essencializam toda e qualquer percepção do ser social e da natureza. Como nos mostra o autor

[...] as “essências” eram qualquer coisa de irreduzível, imutável, bem marcado nos seus limites respectivos: cada “essência” tinha ou devia ter sua configuração rigorosa e individualidade própria e inconfundível, e devia dispor-se de maneira perfeitamente delimitada e nítida no quadro geral do “Plano da Natureza. As “essências” eram as *formas* perfeitas e ternas de Platão, localizadas não se sabe em qual mundo vago das Ideias que as religiões mais modernas e já estruturadas sobre bases filosóficas colocarão no pensamento da Divindade criadora (Prado Júnior, 1969, p. 360).

Um caminho para a superação da forma societal capitalista é desvelar o caráter da essência humana. E, nesse sentido, a Dialética materialista histórica, elaborada por Karl Marx e Frederich Engels (1985), vai além da Dialética idealista de Hegel e Feuerbach, mostrando que o fundamental é transformar a realidade, e não somente interpretá-la, sendo que é no movimento crítico de ação e transformação do sujeito e da sociedade que se rompe com o idealismo e a concepção linear da história.

Demócrito e Epicúrio, na leitura de Marx (2018), concluem que a necessidade ou o acaso são os geradores do movimento natural do universo. Os dois filósofos interpretaram o universo pela contemplação, e perceberam o movimento da natureza e dos astros traçando paralelos para com a percepção do homem e da sociedade. Para os filósofos clássicos, que observam as singularidades como sendo anteriores à totalidade, a composição corpórea e mental é atomizada, assim como as relações entre os homens seguem uma natureza indivisível. Por assim dizer, são nas ciências naturais e na filosofia que se apresentam as primeiras contradições evidentes entre a lógica formal e a lógica Dialética.

Apreendemos que a Dialética tem sua gênese anterior ao modo de produção capitalista. No entanto, somente com o advento do capitalismo é que a Dialética manifesta a sua forma superior. Como apresenta Caio Prado Jr, a Dialética teve sua origem nos contempladores, e foi Marx que identificou a novidade para a superação do

idealismo, mostrando as engrenagens que movem as relações entre a natureza e a sociedade, explicitando que o sujeito é produtor e produto na objetividade da ação sensível, transformando a natureza, e nesse devir, transformando a si mesmo por meio do trabalho.

Os elementos constituintes da natureza, como o átomo, a molécula e o movimento do universo, existem independente do ser social e suas interpretações. A nossa interpretação é a de que o trabalho é central na passagem da natureza para a sociedade, onde o trabalho é a modificação planejada da natureza para um fim objetivo. Já a linguagem é o reflexo elaborado dessa relação, manifestada como forma de registro das técnicas voltadas para a reprodução da sociedade.

Como já afirmamos, em geral, a sociedade capitalista objetifica os sujeitos, tornando-os passivos e descartáveis, fazendo, o sujeito histórico, objeto separado de si e da realidade sensível, como se o ser social não tivesse parte na constituição da realidade. O ser social é ele mesmo o objeto e o ser do próprio pensamento, afirmar o contrário, conforme defende o autor, é a deformação que a Metafísica provoca na percepção de ser do próprio sujeito.

A existência mística do ser social gera grande confusão que, intencionalmente ou não, acaba por impedir a percepção da noção da totalidade e a primazia da atividade prática para a condição societal. A subsunção formal do sujeito ao capital é o que esconde, pela ideologia dominante, a relação de dominação, refletindo-o inversamente, e ao fragmentar, separa, no imaginário, a essência e a aparência das relações sociais. Para Prado (1969), “A nossa experiência é por natureza limitada pelo raio de nossa ação e daqueles que nos transmitem suas experiências pessoais”. Nesse sentido, o proletário é levado pelo cotidiano a se identificar com o burguês e acredita poder sê-lo.

As categorias da Dialética materialista, por ordem da lógica formal e da ideologia burguesa, são deformadas desde a inicial sensibilidade até as formas de pensamento mais complexas. No sentido de apreender as regras da Dialética é possível afirmar que cada parte contém em si o todo, e o todo é a composição de cada parte, sendo, assim, a unidade de uma diversidade de elementos específicos, que são diferentes pelas singularidades e iguais por suas características gerais, resultando na unidade de múltiplas determinações.

As categorias fundamentais da Dialética materialista são reflexos no pensamento da realidade concreta. A Dialética materialista histórica não é a aplicação de um conceito, ela é o próprio movimento que produz o conceito.

Concluimos, assim, que as condições concretas para o surgimento da burguesia como classe revolucionária foram cravadas com a passagem do senhor feudal para o senhor burguês, criando a novel classe do proletariado. Desenvolvendo assim uma nova contradição, produzindo, nesse movimento de mudança da qualidade de ser social, novas relações de propriedade, que só puderam ser identificadas por conta da ação coletiva organizada na luta de classes e da ferramenta do método, que é seu próprio resultado conceitual.

### 2.1.1 Ciência e conhecimento

Desde cedo nos perguntamos: o que é ciência? O que é o conhecimento?

Já identificamos que essas respostas dependem do tempo histórico, mas que, em geral, a função da ciência é desvendar, por algum tipo de experimento ou pesquisa, os fatos objetivos que produzem algum fenômeno. O conhecimento, por sua vez, é o acúmulo de resultados que a ciência produz, construindo, assim, teorias que explicam a natureza e a sociedade, como Caio Prado nos mostra

A ciência se constitui de teorias que “dão conta” dos fatos concretos considerados, no sentido de os “explicarem” e fazerem passível a sua previsão; isto é, sejam tais (as teorias) que o pensamento, por via de raciocínios que chamamos de “inferência”, matemática ou outra, e que partindo da teoria em questão, alcancem os fatos que ela explica (Prado Júnior, 1969, p. 21).

Há uma afirmação clássica marxiana de que se no fenômeno estivesse expressa, de imediato, a essência que o move, a ciência não seria necessária. Tal assertiva nos é muito importante para evidenciar as mediações que expressam aquilo que fica escondido na sombra do fenômeno. É a ciência que dá fim a esse jogo de claro e escuro, nos mostrando a composição e o movimento das categorias que mediam as revelações sensoriais e objetivas que produzem o fenômeno. Na vida cotidiana a essência das relações e sua aparência, como o concreto e o abstrato, não nos são dadas de imediato, mas precisamos desvendá-las.

A natureza e a sociedade se movem por contradições, provocando conflitos e unidades, sendo o contraditório a unidade de múltiplas determinações da relação

entre o novo e o velho. Heráclito (500 a.C. - 450 a.C), filósofo pré-socrático, é considerado o primeiro a interpretar a Dialética como o movimento fluído da natureza e do homem. O filósofo já havia percebido esse movimento ao observar, por exemplo, que as águas do rio Nilo e um sujeito que nelas se banha, ao retornar para um novo banho, já não será mais o mesmo homem, tampouco as águas serão as mesmas, mostrando, assim, que tudo está em movimento e em transformação. Portanto, na percepção do pré-socrático, esse movimento entre o velho e o novo se dá em um sentido linear. Contudo, entendemos que, com o avanço da sociedade, as relações foram se complexificando, e a Dialética de Marx não é a mesma de Heráclito, apesar de sê-la, pois, Marx só pode desenvolver o método na medida em que incorporou e ultrapassou todos que o antecederam, desenvolvendo, assim, a Dialética materialista, que é a expressão dos conflitos e contradições da velha sociedade com a nova sociedade.

Em busca de elaborar os conceitos e categorias para a ciência social, no sentido do socialismo científico, encontramos na experiência o lastro fundamental para a produção da vida objetiva e subjetiva, ou seja, para o conhecimento e para a ciência. Assim, a questão do método é fundamental para a construção das condições objetivas e subjetivas para a emancipação humana. E, para mostrar essa importância, Prado Jr, assim como outros pensadores socialistas, dedicam-se ao estudo filosófico investigando e apresentando exposições sobre o materialismo histórico Dialético.

De forma a explicitar a importância do método, apresentamos algumas leituras contemporâneas ao livro aqui estudado, e também ao período atual, de modo a nos aprofundar, nas diversas áreas do conhecimento da sociedade moderna, os elementos constituintes da Dialética materialista. Seguem abaixo algumas sínteses dos estudos da temática abordada.

Lenin (1870-1924), militante e intelectual que avançou na interpretação da Dialética materialista histórica desde Marx e Engels, elaborador de teoria política da revolução socialista e da organização do partido comunista, no conjunto do seu estudo sobre a moral proletária e a organização para a superação das relações de classes, desenvolveu elaborações fundamentais, que tem em sua gênese o estudo e apropriação do método. No livro *Estado e a Revolução* (2021), o autor só pode antever o afinamento do Estado ao se apropriar do método Dialético, já no texto *Três fontes constitutivas do marxismo* (1913), Lênin, com uma objetividade ácida, expõe a fragilidade da Metafísica frente à força revolucionária do proletariado, trazendo elaborações importantes, mostrando as condições concretas da sociedade para a elaboração da

dialética materialista histórica. Por ter apreendido o método, o autor conseguiu elaborar elementos para a constituição elevada do ser social, das disputas políticas e organizativas. Elaborando e dirigindo as lutas, reflete sobre a relação da singularidade e da totalidade que compõem a sociedade russa, apresentando a ideia do partido de vanguarda e do militante revolucionário, que com o domínio da Dialética, estarão aptos a lidar com o trânsito entre a política burguesa e a luta revolucionária organizativa do partido.

Kopnin (1922-1971), filósofo soviético, desde jovem dedicado aos estudos do materialismo histórico Dialético, foi de fundamental importância para os estudos sobre a Dialética materialista, pois foi um pesquisador ativo da sociedade socialista, onde pode experimentar, na concretude das transformações produtivas e territoriais, a transformação das condições de vida. Abriu caminhos para uma mudança de conteúdo e de forma das categorias fundantes do idealismo. Em seus estudos teóricos e práticos, aprofunda a crítica e a negação da Metafísica, mostrando a importância da lógica como sendo a dinâmica natural do pensamento.

Willian Reich (1897-1957), médico e psicanalista soviético, contribuiu para a elevação das consciências com o livro *Materialismo Dialético e a Psicanálise* (1977), trazendo a interpretação materialista histórica Dialética para a psicologia. O autor avançou na interpretação, elevando a psicanálise de um racionalismo utópico para a uma vida psíquica do homem tornado ser social. Em seu pequeno e denso livro, mostra a potência da psicanálise para o socialismo, apresentando a constituição subjetiva em três domínios: o da exposição histórica da humanidade, o da higiene mental e o da educação. Afirma, o autor, que o positivismo, a Metafísica e a moral burguesa necessitam ser superadas pela nova e elevada forma das relações sociais. Ou seja, a sociologia e a psicanálise acompanham a transformação socialista.

Plekanov (1856-1918), militante comunista russo, no livro *O papel do indivíduo na história* (2008), segue o mesmo caminho da crítica ao idealismo e à Metafísica, abordando as diferentes faculdades de pensamento no processo histórico de desenvolvimento dos seres sociais. Sintético, analisa as origens sociais do conhecimento e as necessidades determinantes para a produção da vida em sociedade, afirmando que são as condições objetivas para a sobrevivência que determinam as formas gerais e particulares da sociedade e do sujeito. Faz uma defesa contundente do materialismo histórico Dialético, afirmando a necessidade de transformação das condições de vida. Combatendo o idealismo, afirma Plekanov (2008, p. 69) que “os homens fazem, pois,

sua história procurando satisfazer suas necessidades”. Defende que o papel do indivíduo na história é ser o seu próprio sujeito transformador e criador, rompendo, assim, com o positivismo e a metafísica.

Alexandre Cheptulin<sup>3</sup>, filósofo soviético, foi também um dos principais estudiosos da Dialética materialista, desenvolvendo suas pesquisas no sentido de apreender do método as categorias principais que se desenvolvem no processo histórico e lógico do desenvolvimento humano e sua relação de dominação e manipulação da natureza. Na obra *Dialética materialista categorias e leis da dialética*, aprofunda o estudo no caminho da crítica à Metafísica e ao idealismo, mostrando que a Dialética é uma condição natural da matéria, e por consequência, é condição para o desenvolvimento das relações humanas.

Antônio Gramsci (1891-1937), teórico italiano comunista, no livro *Concepção Dialética da História* (1966), assim como Lenin, apresenta elaborações relevantes para a pesquisa e produção da ciência, tecendo críticas a concepção de mundo burguesa e suas consequências para a pesquisa e desenvolvimento científico. Discute e apresenta crítica à Metafísica e às formas de pensar do capitalismo, aprofundando sua apreensão para a elaboração das relações sociais e, também, para a prática política organizativa. Faz da crítica a elevação do pensamento ao propor o rompimento com o senso-comum. Assim, para Gramsci (1966, p. 12) “criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido”. Encarnou a percepção sensível do método de Marx, apresentando interpretação sobre o materialismo histórico e a sociologia, não como uma ciência que reproduz os métodos e técnicas das ciências naturais e positivistas, mas sim como a filosofia da práxis. Ou seja, o concreto pensado na dinâmica do movimento histórico que é construído por processos e saltos de qualidade que superam o senso-comum.

Mao Tse-Tung (1893-1976), líder revolucionário que movimentou a China no sentido da emancipação, no livro *Sobre a contradição e Sobre a prática*, nos mostra a práxis como forma fundamental de ser social. Em seu estudo sobre o método, sistematiza o processo de uma nova forma de conhecimento, afirmando as leis da Dialética, suas universalidades e a história como processo que passa do geral para o

---

<sup>3</sup> Em extensa procura pela internet, inclusive em sites russos, não foi encontrada nenhuma referência biográfica do autor Alexandre Cheptulin.



particular e para o específico, sendo a unidade do contraditório um salto de qualidade, que ocorre quando a contradição se expressa no antagonismo.

Bertold Brecht (1898-1956), teatrólogo e militante comunista alemão, produziu na sua prática de vida e militância estudos sobre teatro e o teatro Dialético. Desenvolvendo o teatro pedagógico como concepção para o teatro popular e para a diversão da classe trabalhadora, trazendo nesse movimento traços da realidade, instigando a consciência crítica e revolucionária em um mundo – em particular para Brecht, a Alemanha – polarizado entre o nazismo e o socialismo soviético. Impulsionado pela ciência do materialismo histórico, como produto de uma nova sociedade, apresenta o teatro Dialético como a expressão das artes da transformação para o verdadeiro novo, ou seja, aquele que expressa os interesses do proletariado. No sentido das ciências oriundas da revolução burguesa, afirma Brecht (1967, p. 189) que a “nova forma de pensar e sentir não penetrou ainda as grandes massas é porque as ciências devem sua supremacia a uma classe - a burguesia”. Continua a crítica à classe burguesa como a “[...] que estacionou o sucesso das ciências na exploração e domínio da natureza [...]”.

Karel Kosik (1926-2003), teórico tcheco, no livro *Dialética do concreto*, expressando a sua apreensão do método, o apresenta na totalidade, desmistificando a pseudo-concreticidade, trazendo luz ao escuro da Metafísica; elabora uma crítica contundente à Metafísica da vida cotidiana, da ciência e da cultura, para então voltar a totalidade e a *práxis* do homem como sujeito histórico. Traz à tona a questão da totalidade, tanto combatida pela academia e pelas expressões e versões da teoria dominante. Explica Kosik (1976, p. 41) que a totalidade é “um dos conceitos centrais que distinguem a dialética da metafísica”, revelando as engrenagens da construção do pensamento fragmentado. Atenta-se a necessária apreensão do método para interpretar a realidade do capital exposta por Marx. Nesse sentido, apresenta os elementos fundamentais da Dialética e sua propriedade principal, que é a mudança que carrega a possibilidade do novo dentro do velho.

José Paulo Netto, cientista social e militante comunista brasileiro, no livreto *Introdução ao estudo do método de Marx* (2011), contribui profundamente para o desafio que é a necessidade de elevar o pensamento, ainda no capitalismo, para a Dialética materialista histórica. No livro, o autor apresenta historicamente as principais formulações dos pioneiros deste método, a trajetória do pensamento como resultado das relações capitalistas de produção, suas influências teóricas e a superação de seus

mestres quando já desenvolvida as condições para a percepção materialista da Dialética. Zé Paulo nega a interpretação da Dialética por regras, ou por uma fórmula mágica aplicável à pesquisa da realidade concreta. Instiga o leitor, a partir do rompimento com o idealismo, a ver por ele mesmo as determinações que dinamizam a realidade social. Diante do desenvolvimento das elaborações sobre a Dialética materialista, apresenta as categorias de análise, que trazem o fundamento para a interpretação revolucionária da sociedade.

### **2.1.2 O problema político da sociedade capitalista**

Independentemente do local ou do tempo, faz-se necessária a produção e reprodução das condições básicas de vida, sejam elas as do estômago ou as do espírito. A consciência e a personalidade dos sujeitos são orientadas pela materialidade de produzir e se reproduzir biológica e socialmente. Em qualquer coletividade há necessidade de alimento, de abrigo e de reprodução corpórea. A forma pela qual essas necessidades instintivas são saciadas indica a particularidade do grupo social, assim como as formas como se relacionam com a natureza do trabalho, e como a dominam, é determinante para a socialização. O sentido da divisão do trabalho, da propriedade, da reprodução biológica, das formas de comportamento e organização são históricas e territorializadas. O Estado, como instituição reguladora da vida social e detentora do aparato legislativo e da violência, determina as formas subjetivas, pois regula também a educação.

Em particular, na sociedade capitalista, as necessidades imediatas foram tornadas mercadorias. Desde o início, com cercamentos das terras coletivas, inclusive a necessidade de aquecimento das casas tornou-se uma mercadoria; a expulsão do camponês de suas terras o fez um assalariado; a forma de dividir o trabalho transformou o artesão (que tinha a noção da totalidade do que produzia) em um operário (inserido em uma produção fragmentada). O caráter violento e expropriador do Estado, passando de absolutista para uma forma de Estado nacional, já não dirige mais os interesses da Igreja, mas sim os interesses dos proprietários das grandes indústrias que surgiam do mercantilismo. Assim, a reprodução material e subjetiva é subordinada ao modo de produção social capitalista, e tem no Estado o suporte jurídico e a manutenção ideológica.

Caio Prado Jr identifica que, no momento de criação do proletariado, a burguesia cria um problema para si mesma. Neste complexo contraditório, de aparente linearidade positiva do natural surgimento do indivíduo e do progresso da sociedade, as teorias para legitimar e secularizar essa forma de sociedade aprofundam-se na consciência do proletariado. Afirma o autor que quando

O sujeito desapareceu, ou mais exatamente o autêntico sujeito, o homem como sujeito objetivamente prático foi substituído por um sujeito mitologizado, reificado: fetichizado pelo movimento autônomo das estruturas. A totalidade materialisticamente entendida é a criação da produção social do homem (Kosik, 1976, p. 61).

Sendo assim, a reproduzibilidade social fundamenta-se na Metafísica, no individualismo e na meritocracia, constituindo, dentre a classe trabalhadora, sujeitos nihilistas, com a consciência oposta à própria condição de classe explorada. Esta oposição se manifesta quando reproduz consciências que encarnam práticas sociais, emoções e desejos estranhos à própria classe produtora. E nesse processo de alienação da consciência do proletariado, a Dialética materialista fica à margem - quando não excluída - dos círculos de produção do conhecimento, justamente por romper os paradigmas da imutabilidade e do desenvolvimento progressista positivo, sendo combatida por conta da necessidade de manutenção da ordem das coisas.

Como resposta ao problema político decorrente do modo de produção capitalista, é imprescindível a defesa da Dialética materialista como lente para a interpretação da natureza e da sociedade, pois é a partir dela que o sujeito histórico se torna possível. Para a disputa sobre a concepção do conhecimento e seus rumos que Caio Prado Júnior apresenta a publicação da Dialética do Conhecimento, um estudo filosófico sobre método que desafia a Metafísica, nos apresentando um caminho: a Dialética do conhecimento para avançar na elaboração da resposta para a superação do problema político posto pela sociedade burguesa.

### **2.1.3 Sobre trabalho e educação**

Conforme expõe Caio Prado Jr, somente Marx e Engels conseguiram dar a resposta ao problema político que se apresentou no processo revolucionário da burguesia ao perceberem que o homem faz a sua própria história e assim superaram o idealismo, desenvolvendo o materialismo histórico Dialético. Assim, Engels e Marx,

sensíveis às contradições de seu tempo e insatisfeitos com as formas de interpretação Metafísica da vida e da prática social no capitalismo, apreendem da dialética idealista um novo caminho para a interpretação das relações de trabalho.

Afirmam que o trabalho é central na constituição do homem, e concluem que é o trabalho que marca a passagem da natureza para a sociedade. Essa ação planejada a um fim, e que transforma a natureza, desenvolve as faculdades mentais superiores que permite estabelecer os registros das técnicas, dos instrumentos e demais sociabilidades. Central neste processo de desenvolvimento, o trabalho é criador e necessário, sendo produto e produtor de conhecimento e de consciência e que, a depender das relações de produção, pode ser emancipador ou embrutecedor. Na sociedade capitalista o trabalho é uma forma de embrutecimento, pois é conduzido, em geral, a um único fim: o do enriquecimento dos proprietários dos meios de produção.

A educação também ocupa um papel central na produção e reprodução das relações, assim como, no desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado. Como, em última instância, são as relações econômicas que determinam à sociedade, a educação está determinada pelas relações de trabalho e propriedade. Por ser componente fundamental para a manutenção e reprodução social, a educação é também um instrumento de dominação, coerção e subordinação de classe.

Afirma Marx (2013) que a primeira forma de consciência nas sociedades de classes é a religiosa. A religião cria uma consciência invertida, Metafísica, e que produz as representações sociais, a priori das relações materiais, na qual tudo não passa de uma criação divina, de um ser supremo que tudo vê e tudo sabe, o grande criador do universo, da natureza e dos homens. Neste sentido, a fome, as relações precárias de trabalho, a carestia, nada mais são que carmas individuais, devendo ser aceitos de modo a continuar a vida cumprindo a função para alcançar a glória dignificante do trabalho.

Nesse processo que produz uma consciência de classe marcada pelos valores e necessidades da classe dominante, a educação é ideológica, incutida pela religião, pela escola e pelos meios de agitação e propaganda capitalistas, reforçando os valores e práticas pessoais de sociabilidade burguesa mantenedoras das desigualdades. Marx, em *O Capital* (2013a), nos mostra que a única mercadoria, no capitalismo, que produz riqueza é a força de trabalho. Informação escurecida pelas luzes do iluminismo. Marx observou que as crianças sequer saíam das fábricas para o letramento,

e que a escola para o proletariado nascente era destinada ao preparo destas relações de trabalho geneticamente embrutecedoras.

Marx e Engels, como teóricos da revolução, produzem uma profunda crítica à economia-política e à sociabilidade burguesa. Já as elaborações sobre educação foram registradas em textos políticos organizativos, como nos escritos de debates congressuais da liga dos trabalhadores e da Internacional Comunista, abordando elementos constitutivos de uma outra educação, qual seja, aquela voltada à transformação, à formação integral dos sujeitos. Nos textos *Instruções aos delegados* (Marx; Engels, 1983), *Crítica ao programa de Gotha* (Marx, 2015), ou ainda no texto de perguntas e respostas *Princípios básicos do comunismo* (Engels, 1982), e no *Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 1986), os autores propõem uma educação omnilateral, que possibilite o desenvolvimento integral do corpo e das faculdades mentais, desenvolvendo a formação motora junto às práticas esportivas, com a finalidade da defesa pessoal e coletiva.

Com isso pode-se concluir que, para estes autores, a educação e o trabalho interseccionam-se na constituição do ser social, sendo processo histórico e determinado pela forma de produzir as relações de trabalho. Assim, a formação mental, emocional e física estão todas relacionadas na constituição de seres coletivos. Sendo, então, a educação a maneira pela qual as práticas laborais, os valores morais, as formas de pensamento e de comportamento se desenvolvem, se firmam e se expressam na estética e na arte mantidas por gerações. A centralidade do trabalho e a educação são requisitos que nos diferenciam dos outros mamíferos, portanto, há uma unidade ontológica entre trabalho e educação.

Por fim, neste capítulo apresentamos o processo que possibilitou a elaboração da Dialética materialista histórica, abordando desde a origem da Dialética contemplativa até a materialista. Acompanhando a exposição que Caio Prado Jr elabora sobre as potencialidades do método e suas categorias principais, mostramos também outras interpretações sobre a Dialética materialista histórica, tendo em vista a importância internacional do debate que o autor se inseriu com o livro *Dialética do Conhecimento*, trazendo os conceitos e algumas categorias que são fundamentais para a abordagem aqui proposta. Concluimos, assim, que as categorias fundamentais da Dialética do Conhecimento são o reflexo e a expressão que mediam às formas de pensamento e a vida objetiva do ser social e seus processos de transformação.

### 3 DO IMPÉRIO A REPÚBLICA: QUAL A EDUCAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL?

O objetivo deste capítulo é demonstrar a importância e a necessidade do método Dialético materialista como para a interpretação da formação social brasileira. Para isso, traremos para a superfície a interpretação caiopradiana do sentido da colonização brasileira e das relações de trabalho no Brasil.

As relações de trabalho constituídas no território brasileiro foram relações de poder e de dominação político-econômicas ditadas pela coroa portuguesa. Em pleno nascedouro do Capitalismo, o Brasil foi criado como colônia de um país ainda monárquico, produzindo relações de trabalho escravas. Nesse sentido, buscamos aprofundar o entendimento sobre o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, bem como, a interpretação sobre as transformações nas relações de trabalho e educação no Brasil. Tal desafio ganha ainda mais importância diante da atualidade brasileira do século XXI, em que vemos repetir, como tragédia, as dinâmicas de poder político e econômico da autocracia burguesa em terras tropicais.

A transição da sociedade feudal para sociedade capitalista, especialmente em território europeu, desencadeou transformações históricas tanto no campo do pensamento, por meio do iluminismo, quanto nas relações político-econômicas, angariadas pela revolução francesa e pela revolução industrial. Essas transformações proporcionaram condições para apreensão do método Dialética materialista, possibilitando, assim, a compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo foi forjado por meio da exploração colonial.

As interpretações sobre a formação do Estado brasileiro são determinantes para o sentido e o desenvolvimento cultural e político da sociedade brasileira. Nesse sentido identificamos polêmicas entre as teorias críticas.

Dentre as diversas possibilidades de análise, o destaque é para a polêmica da origem feudal, semifeudal ou capitalista do Estado e das relações de trabalho no Brasil. Captar o singular movimento que foi produzido em nosso passado é dar nitidez para visualizar os caminhos e as ações futuras. Assim, a produção do conhecimento, da classe trabalhadora para a classe trabalhadora, determina as ações políticas organizativas e o sentido tático e estratégico do projeto de sociedade seja para a transformação, ou não, das condições materiais e morais de vida na sociedade brasileira.

Focaremos neste capítulo o caráter capitalista da formação brasileira desde a colônia. Então, no sentido de Caio Prado Jr, é certo que as relações de trabalho e

propriedade são centrais para a criação das instituições de regulação, controle e reprodução moral. Afirmando a tese de Caio Prado Jr, entendemos que enquanto o capitalismo estava nascendo, transformando o Estado absolutista em Estados nacionais, no Brasil, o Estado se estabelecia por meio da empresa colonizatória, que sob a forma feudal e escrava, forjava um Estado absolutista e o trabalho escravo.

Produzia, assim, uma sociedade com conteúdo e interesses privados, e subsumidos aos capitalistas que necessitavam da ampliação de novos mercados e territórios para a expropriação de matéria-prima e superexploração do trabalho. Em tempos de dominação mundial via navegação, os portugueses encontraram e invadiram o continente americano. Assim, passaram a dominar o mundo e efetivar o nascimento da indústria do capitalismo na sua dimensão internacional de expropriação e exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Ocorre, então, na Europa, um período de transição política e econômica, no qual as bases das relações de trabalho estavam sendo modificadas, promovendo nesse movimento a mudança na forma de propriedade, e, portanto, nas relações de domínio político sobre o trabalho. Emergia, assim, uma nova dinâmica de poder social que se dá, sobretudo, na relação antagônica entre as classes, e não mais entre os indivíduos, na medida em que a produção material deixou de ser entre o mestre e o artesão e passou a ser entre o proprietário dos meios de produção e o empregado assalariado, retirando deste último, por meio da fragmentação da produção, a noção da completude do seu trabalho.

Em contrapartida do movimento de efetivação do trabalho livre em solo europeu, especialmente com a derrocada dos Estados absolutistas para a constituição de democracias burguesas na forma de Estados nacionais, nas colônias latino-americanas se reproduzia a exploração por meio do trabalho escravo, tendo um Estado absolutista coexistindo e colaborando para o fomento do capitalismo.

Assim, a invasão do território brasileiro, o que Caio Prado Jr chamou de empresa colonizatória, que na perspectiva do autor foi o grande empreendimento gerador de riquezas para além do continente europeu. Uma grande empresa que se consolidou como colônia por meio da formação de grandes fazendas rurais como propriedade privada, erigindo aliada à Corte uma força política com características próprias. Os privados se estabeleceram aqui junto com a igreja portando a tarefa de povoar incutindo seus valores para o povo que aqui viva.

No processo de expansão do capitalismo, especialmente no território brasileiro, promoveu-se uma das maiores empresas da colonização, consolidada via assassinatos, estupros e roubos, promovendo a subsunção dos povos originários à expansão mercantil, tendo por base as grandes fazendas monocultoras e sob égide do trabalho escravo. Conforme Prado (2012) havia “[...] aqui uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária”.

Ao invadirem as terras brasileiras, os colonizadores trouxeram, além das doenças, a cultura cristã europeia e medieval, arruinando a população nativa. Forjava-se, assim, a principal colônia da corte portuguesa, que em tempos de Revolução Industrial, reproduziu as formas medievais de poder e de trabalho, assim como, todas as práticas e degenerações das relações de poder monárquicas e aristocráticas, fazendo-se aqui uma reprodução tardia da acumulação primitiva. Assim afirma o autor:

Inicia-se, então, a “caça” do homem pelo homem que, pelas suas proporções, tem poucos paralelos na história, o que figura como apanágio de glória das “epopeias” bandeirantes... Escusado será repetir o que foram essas expedições predadoras do gentio, que percorreram o território brasileiro de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, descendo do sertão milhares e milhares de cativos a serem iniciados nas “belezas” da civilização (Prado Júnior, 2012, p. 25).

Ao expropriar as terras dos povos originários, forja-se um país prioritariamente agrário e exportador, com objetivo inicial de fomentar o capitalismo europeu, replicando na colônia as formas coercitivas empregadas anteriormente na acumulação primitiva europeia. Como resultado, desenvolve-se no Brasil dois comércios de alto rendimento: a exploração da força de trabalho, ou seja, a circulação e o tráfico de pessoas e a exportação do açúcar de alta qualidade. Eis a combinação do sucesso inicial da empresa colonizatória.

A investida no Brasil sustentou o comércio e a produção de açúcar, atendendo a demanda de consumo no velho mundo. O espaço propício para esta produção, sem dúvidas, veio a ser o novo mundo, em particular as terras brasileiras. Por ser colônia de Portugal, o objetivo da colônia era também, e principalmente, de atender e suprir as necessidades da Coroa, que já não tinha mais em suas terras europeias condições materiais de prover as necessidades materiais do seu povo. A produção da colônia era, assim, voltada para a exportação e, aliada as relações escravas, não possibilitava



as condições de um mercado interno que promovesse e desenvolvesse a empresa nativa.

Conforme mostra Caio Prado Jr (2012), para o Brasil, a utilização da terra pela iniciativa privada é o eixo da questão desde o período colonial. O autor evidencia a presença da exploração agrícola para exportação em larga escala de produção monocultora em grandes fazendas, que demandava grande esforço humano para o cultivo das terras, e somente o trabalho escravo seria capaz de suprir a necessidade de tal empreitada. Caio Prado Jr mostra a inviabilidade da pequena propriedade devido ao escasso escoamento, pois a pequena produção serviria apenas às necessidades internas brasileiras, que não existiam na época. Assim, o autor nos mostra que o mercado interno era limitado

[...] não só pelas condições da população colonial, constituída quase toda de escravos negros, índios e mestiços, como também pela dificuldade das comunicações, o que segregava as populações por completo umas das outras. A todas essas dificuldades que se atolham à pequena propriedade, havemos de acrescentar a agressividade das tribos indígenas, que punham os estabelecimentos colonizadores em constante alarma. Era tão sério esse problema das agressões do gentio que as próprias determinações régias exigiam dos colonos um preparo bélico permanente (Prado Júnior, 2012, p. 21).

Conflitos, corrupções e conchavos marcam as relações entre o Estado português e os proprietários das grandes fazendas brasileiras, provocando conflitos dentre os diferentes interesses dos dominantes. Estes atritos causaram, inclusive, investidas armadas dos proprietários privados também contra a Coroa, além, evidentemente, investidas contra os índios mais violentos.

Evidencia-se, assim, que o povoamento do território brasileiro e as atividades produtivas aqui desenvolvidas serviam, contraditoriamente, às necessidades capitalistas e às necessidades de Portugal. Entretanto, em defesa dos interesses da Coroa, o Estado cria ferramentas jurídicas que determinavam as regras para o escoamento da produção e para o comportamento geral do nascente povo brasileiro.

As características do território colonial brasileiro foram determinantes para o protagonismo da produção de cana nos engenhos. Contudo, outros recursos naturais foram sendo explorados, tais como: cana nas regiões Sul/Sudeste; minérios na região Central; pecuária ao Norte/Nordeste, e extrativismo ao Norte. Neste contexto, a própria materialidade das relações econômicas e políticas impediam o trabalho livre e o surgimento da pequena propriedade. Para Caio Prado Jr

Não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas como o grosseiro trabalho escravo. Este satisfazia plenamente as exigências desta rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre. [...] é o que analogamente encontramos nas colônias inglesas na América do Norte. Enquanto nas setentrionais sempre predominou a pequena propriedade, nas só Sul afirmou-se, como entre nós, o tipo de cultura em grande escala (Prado Júnior, 2012, p. 20).

As condições de segurança da propriedade contra os grupos indígenas mais violentos também eram relevantes, visto que eram os próprios proprietários quem tinham de assegurar suas terras, garantir a manutenção dos escravos e promover o escoamento da produção. Mas, principalmente, o sentido capitalista da colonização era o que orientava a produção, ou seja, a exploração da terra em larga escala para suprir as necessidades do mercado internacional. Nesse sentido, a questão da terra e da forma de exploração é central na análise do autor, sendo o que define o conteúdo da colonização.

Considerada a necessidade de cultivo para o mercado internacional, seja da monocultura do açúcar, do café, do pau-brasil ou de outros produtos exóticos, o trabalho escravo era a única solução para a extração das matérias-primas. A escravidão nas colônias era um mercado de alto rendimento, movimentava a economia no âmbito da circulação de pessoas e também da superexploração do trabalho. Além disso, mediante as relações jurídicas e creditícias, proporcionava largos e vantajosos rendimentos e status aos senhores, em detrimento da vida saudável física e moral do nascente povo brasileiro.

Portanto, a hegemonia das relações escravas de trabalho, a falta de recursos dos portugueses para povoar esse território, o residual trabalho livre e de pequenas propriedades, caracterizam as relações de trabalho e povoamento do Brasil. Inicialmente, os interesses da burguesia eram os mesmos da Coroa, e a administração colonial se dava por câmaras municipais dirigidas pelos proprietários vinculados diretamente à metrópole.

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, a disputa de poder entre os donatários e a Coroa ocorre na medida em que a burguesia comercial passa a se fortalecer. A oposição entre os interesses da metrópole, da aristocracia fundiária em terras brasileiras e da nascente burguesia comercial iniciam, assim, a disputa interna pelo poder do Estado, ou seja, da direção política econômica e moral do Brasil.

É a partir desse conflito que se fundam as bases para a emancipação do jugo imperial, evidenciando, na genética do Estado brasileiro, o conchavo e a conciliação que preparam o terreno para a independência. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1908, provocou um caráter singular ao processo de emancipação política brasileira em relação ao conjunto de processos históricos de independência das demais colônias americanas.

Essa questão, do caráter da evolução política do Estado, é fundamental para a percepção que busca alcançar uma ruptura radical das relações de poder, de propriedade e de trabalho. Conforme afirma, Mazzeo

A inexistência de condições que direcionassem a uma ruptura concreta de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária, que assume o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro das diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais (Mazzeo, 2015, p. 83).

Outro passo que leva à evolução política do Brasil rumo à independência é o fim do trabalho escravo. A abolição marca o cenário político brasileiro, mais uma vez, por conflitos internos da classe dominante: por um lado, os burgueses visando o desenvolvimento integralmente capitalista, e, por outro, os senhores das grandes propriedades rurais que, com o fim da escravidão, ficam à deriva na falta de força de trabalho. Depreende-se daí que com o fim do tráfico negreiro e o início de relações de trabalho capitalistas, a forma e o conteúdo não suportavam mais o Estado Imperial burguês. Assim o autor de *Evolução política do Brasil* (2012) nos mostra que

[...] a independência se fez por uma simples transferência de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder todo é absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto (Prado Júnior, 2012, p. 51).

Afirmando o caráter burguês do projeto político desenhado para o Brasil, consubstanciado na promoção dos interesses da classe dominante, a grande maioria da população acaba por ser afastada do processo, fazendo das decisões política uma exclusividade dos proprietários. A direção política do parlamento era feita pelos e para os proprietários, e os que almejavam alguma mudança nas condições de vida popular

acabavam mortos, isolados ou cooptados pelo sistema. Assim é formado o nosso Estado nacional, uma autocracia burguesa, embebida por privilégios, conchavos e corrupções típicos de uma relação nebulosa entre o público e o privado.

As condições materiais que compõem as relações sociais e de trabalho na colônia expressam duas classes antagônicas: os proprietários, em minoria; e a grande massa de trabalhadores que, pela égide do crucifixo, acabam coagidos a se tornarem cristãos, e por viverem absolutamente dependentes dos senhores rurais, sua educação era limitada à religião, ao ensino da língua portuguesa e à moral aristocrática. O sujeito o é a medida em que está inserido em um ambiente previamente definido, conforme a trajetória histórica da sociedade e do berço em que nasce, podendo, assim, desenvolver-se conforme as ideias dominantes de sua época e até mesmo transformá-las.

Portanto, a moral que constitui a consciência da massa trabalhadora brasileira foi a da classe proprietária, que misturou a ideologia aristocrática com a noção do indivíduo burguês. Ao destruir as culturas próprias dos indígenas e dos povos africanos, provocando deliberadamente o branqueamento da população, incute nesses povos os valores típicos de uma sociedade de capitalismo tardio, produzindo, assim, o povo brasileiro e sua massa trabalhadora, que se espelha em uma branquitude alienígena, nutrindo o senho de um dia vir a ser o burguês.

Caio Prado Jr aponta que, as camadas populares na colônia, por conta de toda a formação ideológica cristã/medieval e do residual trabalho livre, não tinham como alcançar um patamar de consciência de classes trabalhadora em si. Mostra, também, que pela característica da formação moral e política, a classe trabalhadora não tinha condições materiais para produzir um programa político no sentido da emancipação do trabalho.

Os levantes populares como a Cabanagem, a Balaiada, a Insurreição Praieira e a Sabinada acabaram com suas lideranças cooptadas pelo Estado, quando não exterminadas. Esses movimentos populares lutaram contra o Império português no sentido da construção de uma República. Apesar disso, não existiam nesses movimentos uma orientação programática, nem mesmo estratégica, que firmasse os interesses próprios da classe trabalhadora, pois, a definição do inimigo era ainda confusa.

Podemos concluir que, no período da independência, os movimentos populares não tinham a educação política necessária para propor um programa social com propostas para além da autocracia burguesa. O autor pessebista, neste contexto,

avaliou o sentido dos movimentos populares afirmando que as ações revolucionárias não tiveram um programa unitário, e incorreram em ações que não agregaram nada além de alguns privilégios.

A constituição do Estado brasileiro é, portanto, peculiar, sendo uma sucursal do império português, dirigido por uma nobreza minoritária e pelos grandes proprietários. Identificamos, assim, que desde a colônia até a atualidade as práticas para edificar os interesses privados das classes dominantes fazem do povo uma massa de manobra, reforçando no imaginário comum as práticas e a moral dos dominadores.

A educação política que vemos no processo de desenvolvimento e evolução do Estado brasileiro converge para a conciliação de classe, promovida pela cooptação por meio de práticas de privilégio, apadrinhamentos e corrupção. Tais características, ainda hoje, são presentes no cenário político/social brasileiro.

Nesse sentido, afirmamos que a forma de pensamento dominante no Brasil herda da Metafísica o idealismo, a linearidade positivista, o maniqueísmo e o indivíduo egoísta, reproduzindo-se orientado pelas necessidades de manutenção do poder político-econômico nas mãos de poucas famílias. Assim, a educação da escola pública vem na esteira das novas relações de produção, criando uma classe trabalhadora disciplinada para o trabalho explorado, passiva, iludida e conformada.

Seguimos afirmando que em toda sociedade a reprodução da vida é histórica e relacionada também com a reprodução da educação. Na sociedade moderna, é constante a necessidade de afirmação do capital sobre o trabalho, e para isso, fazem-se necessários esforços por parte das classes dominantes. Estes esforços se dão, inicialmente, pela família, pela Igreja, pela escola e por meio de outros recursos ideológicos que velam a realidade, produzindo seres sociais alienados. Este processo de alienação, portanto, não se dá somente quando o sujeito é lançado no mercado de trabalho, mas também por ferramentas como os meios de comunicação de massa, e, especialmente, por meio da educação escolar.

O imperialismo, ou seja, a completa internacionalização das relações de trabalho, da propriedade privada dos meios de comunicações, das rotas de energia e do poder bélico, domina e subordina todo e qualquer território aos padrões morais e às necessidades materiais capitalistas. E hoje, em terras brasileiras, com mãos de ferro, os direitos da classe trabalhadora são ceifados pela navalha do capital, especialmente por meio de reformas trabalhistas, da reforma previdenciária, política e da educação.

Afirmamos que, para a consolidação desta política ultrarreacionária, a educação acaba sendo vítima fatal. Muitas são as restrições à produção do conhecimento e, em tempos de crise, percebemos ataques ainda mais duros contra as ciências sociais e humanas.

Em consonância com Caio Prado Jr, concordamos que o Brasil nunca foi feudal. Da mesma forma, entendemos que o sentido colonizatório ocorreu intimamente articulado aos interesses do capitalismo nascente e que as relações de trabalho escravo e as relações de poder político e jurídico aristocrático, serviram apenas como formas necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas.

O Estado nada mais é que uma instituição que expressa os interesses das classes dominantes, sendo necessário e imprescindível em sociedades divididas em classes, existindo para regular e dinamizar a reprodução material e subjetiva da sociedade. No Brasil, o aparato estatal, contraditoriamente, foi desenvolvido como bengala para o Imperialismo. Assim, identificamos na histórica política brasileira a utilização do povo como massa de manobra para o alcance dos interesses privados daqueles que dirigem o Estado.

A formação do sujeito trabalhador brasileiro, desde o primário desenvolvimento das forças produtivas, foi conduzido a uma consciência difusa pela ordem hegemônica. A opressão do Estado, o forte apelo religioso, a noção de privilégio e meritocracia, dão o tom da educação política para o sujeito trabalhador. Caio Prado Jr, neste contexto, contribui no sentido da interpretação das relações da formação social brasileira, desde as dinâmicas de poder político e econômico, dos rumos da nascente sociedade brasileira, seu desenvolvimento histórico material e subjetivo até a organização política programática do proletariado.

Estabelecendo, também no campo da formação subjetiva do sujeito brasileiro, uma trincheira de batalha que rume para a transformação das relações sociais de produção e reprodução da vida orgânica e material. Diante da evidente necessidade de construção da educação política orientada pela Dialética do conhecimento, seguimos a trilha pela transformação das formas de pensamento e das relações que o produzem.

Sendo assim, o maior desafio é plantar as sementes do pensamento crítico nos educadores e educadoras profissionais, especialmente naqueles que se empenham no ensino das ciências humanas e sociais, cuja tarefa, além de captar o

movimento da sociedade, precisa ser instigar a reflexão e a prática, de modo a mostrar que é possível fazer diferente e modificar a realidade organizando-se.

#### **4 OS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO E A ESCOLA PARA A CLASSE TRABALHADORA, EDUCAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS MÉTODOS: REVISITANDO UM SENTIDO PARA O BRASIL**

Neste capítulo, vamos abordar, a partir da centralidade do trabalho, a formação da escola pública e o manifesto dos pioneiros da educação (Fundação Joaquim Nabuco, 2010) que forjaram a educação formal para a classe trabalhadora no Brasil na década de 1930.

A adaptação econômica do Brasil ao assalariamento ocorreu inicialmente de forma precária. Afirmamos que no processo de transição político-econômica do Império para a República, a mistura do assalariamento com o trabalho servil criou entraves para a organização política contra a ordem do capital. No entanto, foi com a imigração italiana e as reformas do Estado que as forças de trabalho se desenvolveram, concorrendo em qualidade e quantidade com o trabalho servil, possibilitando um avanço para a organização classista do proletariado. A exemplo, podemos mencionar a fundação do Partido Comunista Brasileiro, realizada por anarquistas italianos, em 1922, demonstrando a expressão política no movimento do nascente proletariado contra a exploração capitalista. Neste contexto, de ascenso da organização da classe trabalhadora, o Estado autocrático burguês avança no sentido de se consolidar também pela coerção por meio da educação.

Nesse sentido, o Estado desenvolveu, por meio de decretos que tangem a educação básica e escolar para a classe trabalhadora, tais como o Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930<sup>4</sup>; o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931<sup>5</sup>; e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>6</sup> de 1932, as bases laicas e pedagógicas para a escola pública, em contraposição à educação tradicional que abarcava apenas os filhos e filhas das classes dominantes.

---

<sup>4</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>5</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>6</sup> <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>.

Interpretamos que essas são as bases que, ainda hoje, produzem o trabalhador, por meio da criação de escolas básicas e técnicas, como força de trabalho conformada e passiva diante da dinâmica do mercado de trabalho capitalista, correspondendo, essencialmente, às necessidades do mercado, da divisão manual e intelectual do trabalho e da constituição de uma identidade nacional.

O Manifesto dos Pioneiros da educação Nova de 1932 é um programa para a educação pública ontologicamente vinculado ao caráter do Estado burguês. Ainda que os pioneiros apresentem uma crítica a certo setor da burguesia e defendam a educação pública e laica, assim como, uma escola pública para todos, o Manifesto é produzido para suprir a necessidade do acesso, para a heterogênea classe trabalhadora, a uma educação unitária, laica e nacional. Mesmo que combatendo as escolas particulares e o ensino tradicional, que já existiam e só marcavam a diferença entre as classes e o acesso à educação, entendemos que o Movimento escolanovista foi, e ainda é, uma política pedagógica para a educação que consolida o capitalismo como ideologia unitária, desenvolvendo uma classe trabalhadora nacional apassivada, acomodada e alienada.

A educação, em geral, e a política, em particular, na sociedade brasileira são dirigidas para a manutenção das relações pessoais de poder e da propriedade dos meios de produção. Conforme as noções positivistas para a educação, constitui seres sujeitos, e não sujeitos ativos em relação à história e ao desenvolvimento singular e geral na sociedade de classes. Reproduzindo, assim, a manutenção da dominação do homem pelo homem, que condiciona as relações de disputa pelo poder e direção societária, pela esteira da reprodução fragmentada e idealista do ser.

Esse território chamado escola pública, na sociedade capitalista, expressa os traços de uma sociedade desigual, onde ficam evidentes a divisão do trabalho intelectual e manual. A particularidade das relações políticas e econômicas no Brasil traça uma abissal diferença entre esses espaços de ensino, desde o desenvolvimento infantil até a formação profissionalizante e o ensino superior. E, ainda hoje, mesmo que tenhamos tido alguns avanços em relação à possibilidade de acesso à educação pública de qualidade, os retrocessos secundarizam as conquistas.

A concretude da educação formal orienta o conhecimento sob as lentes da lógica dual, do idealismo e da Metafísica, com narrativas contadas conforme as vontades e necessidades dos dominadores. Assim, objetiva uma educação política oculta no currículo, transmitindo a noção de prática política passiva. E, é no sentido de



combater essa passividade, frente às práticas de exercício de poder político e econômico, que defendemos a educação política fundada no materialismo histórico Dialético.

A educação política para a classe trabalhadora perpassa a história de dominação do desenvolvimento do capitalismo, que se afirma pela alienação e captura das subjetividades desde a família, com a moral cristã, até a criação de um senso comum anti ciência, alienado e acrítico.

É necessário apontar que as políticas educacionais são dirigidas pelos interesses das forças imperialistas. O movimento escolanovista, os acordos Mec-Usaid, e agora toda a reestruturação da educação que ocorre em todos os níveis, afunila a educação pública e amplia o ensino superior privado, efetivando o plano neoliberal para a educação.

Para romper com esse cotidiano e com o senso comum é necessária uma educação política que explicita as diferentes possibilidades de interpretação pelas diferentes lentes sobre a história da sociedade e da natureza, elevando as consciências para a interpretação da sociedade em movimento. No entanto, a sociedade capitalista, para se manter dominante, nem isso permite. A educação política vigente castra a condição crítica e criativa do sujeito trabalhador, pois o capitalismo necessita de uma forma de trabalho e de pensamento fetichizados e alienados, onde o indivíduo não possui noção do que produz e nem mesmo se percebe enquanto sujeito histórico.

Como expressão da fragmentação da produção, as formas de pensar são coisificadas e estranhadas, ou seja, os produtos tomam vida enquanto embrutecem a vida dos produtores, ditando as emoções e as formas de se comportar, de modo a provocar um estranhamento entre os trabalhadores, fazendo com que não reconheçam o fruto do seu próprio trabalho.

Observando a particularidade das políticas educacionais, percebemos que elas nascem com o desenvolvimento industrial e o movimento migratório, que gerou, após o fim do tráfico negreiro, o grosso da força de trabalho no Brasil, forçando a necessidade da afirmação de uma identidade nacional para a massa de trabalhadora. Assim, ainda na atualidade, identificamos a produção subjetiva do sujeito trabalhador brasileiro sendo dirigida aos interesses de dominação e manutenção do Estado burguês.

Percebemos que no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o processo de organização escolar e curricular contempla a perspectiva sociológica para a

educação pública. Contudo, a depender do governo, a disciplina sobre o ensino das ciências sociais toma diferentes formas, sendo inicialmente tratada como ensino de sociologia, posteriormente denominada estudos sociais, e na ditadura Civil Militar torna-se educação moral e cívica, para ne sequência, pós redemocratização, voltar a ser ensino de sociologia.

A educação política fica oculta nesse processo, pois não é nenhuma disciplina específica, embora esteja presente de forma oculta no currículo. Em busca de romper esse ocultismo, atualmente, foram apresentados projetos de leis que tangem a formalização da educação política, como por exemplo, o projeto de Lei 7746/2010<sup>7</sup>, do Deputado Federal Ronaldo Caiado - DEM/GO (antigo Partido da Frente Liberal- PFL); o Projeto de Lei nº 70 de 2015<sup>8</sup>, apresentado pelo Senador Romário, representando o Partido Socialista Brasileiro – PSB pelo Estado do Rio de Janeiro, e também o Projeto de Lei 7816/141<sup>9</sup>, de autoria da Deputada gaúcha Sandra Rosado, também do PSB.

No entanto, estes projetos são opostos à noção crítica que se tem da disciplina de educação política. Isto porque, na lógica da educação formal, contemplam noções sobre a Constituição de 88, promovem o estímulo à cidadania e ao conhecimento das instituições e suas funções, de modo a promover uma consciência meramente participativa da democracia burguesa nos momentos eleitorais, sem instigar a organização política crítica e subversiva.

Os projetos que apresentam a educação política pelo princípio da cidadania, afirmam-se com conteúdos que tangem a compreensão das instituições que dirigem a sociedade, apontando as eleições como sendo o momento máximo da participação política. Buscam, no processo eleitoral, elevar a consciência, porém, sem transformar as formas democráticas, fazendo da democracia um valor universal e imutável.

Evidenciamos que esses conteúdos são necessários e pertinentes à educação política, mas não devem ficar restritos só a sua institucionalização para a formação do cidadão e da cidadã. Levantamos aqui a disputa pela noção que os orienta e produz a concepção deste tema. Salienciamos que a educação política, como política pública, pode vir a ser concebida como disciplina tendo como conteúdo, por exemplo, a diferença entre Estado e Governo; ou ainda a concepção da lógica da divisão dos

---

<sup>7</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=484551>.

<sup>8</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119869>.

<sup>9</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/620437>.

poderes; ou mesmo o desenvolvimento das sociedades de classes e os instrumentos de poder e de subversão, mostrando também os projetos de sociedade e as formas de organização das classes em partidos políticos e demais movimentos sociais.

Parece até uma utopia defender e planejar uma proposta que eleve a consciência das novas gerações, sobretudo diante da conjuntura de destruição neoliberal do Estado via gerencialismo, incentivos à terceirização ou mesmo pela digitalização/automação do ensino.

No Brasil, a reforma da educação, orientada pela cartilha do FMI (Fundo Monetário Internacional), faz da escola um espaço de formação restrita de força de trabalho acrítica e flexível. Essa representação é perceptível por meio da exigência do governo em uma formação secundária tecnicista, muito distante da escola do trabalho que atenderia as necessidades da classe trabalhadora. O tensionamento para o ensino remoto, o arrombo das universidades públicas via o programa *Future-se*, e o REUNI digital (programa de reestruturação universitária), andam a passos largos para o afunilamento do acesso da classe trabalhadora aos ensinos básico e superior públicos.

Afirmamos a possibilidade da educação política como política pública, e que é preciso construir nas experiências, junto aos movimentos sociais e à classe trabalhadora organizada, um projeto que inclua o ensino das Ciências Sociais para além do que é colocado na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e nos demais projetos para os espaços formais de educação. Para isso, faz-se necessária uma formação docente que traga os elementos críticos para o ensino das ciências sociais.

Entendemos que existe um legado histórico da experiência educacional expresso na pedagogia Socialista, e avaliamos que esta prática pedagógica é uma necessidade em nossos dias. Educar é o ato que prepara e mantém as condições para a sobrevivência e desenvolvimento social. Trata-se de algo geral e universal, na medida em que prepara as capacidades de transformar a natureza, de suprir as necessidades de manutenção da vida coletiva.

Podemos afirmar que a elaboração pedagógica para a construção de outra sociedade, orientada pela Dialética histórica materialista ocorreu no primeiro ciclo (1917-1922) da URSS. Onde se buscou a construção do sujeito revolucionário, a partir do desenvolvimento infantil, pensando uma escola formadora dos novos seres e, portanto, de formação para o trabalho em outra perspectiva, sob outras condições de propriedade coletiva e divisão planejada do trabalho.

O ensino, desde o letramento até as formas de pensar o complexo social, é resultado do acúmulo histórico e tecnológico e das necessidades objetivas de manutenção e reprodução material da sociedade. A organização da escola para o trabalho, na URSS, em que pesa as forças do capitalismo tenham derrotado a experiência revolucionária, inovou e avançou para o sentido de uma sociedade emancipada. O legado está na forma organizativa da escola e nos complexos de ensino, repassando o conteúdo sob o viés da totalidade, direcionado à constituição da omnilateralidade ao educar pessoas para o trabalho criativo e planejado. Assim como nos mostra a autora soviética

Uma escola do trabalho que enfoca todas as questões do ponto de vista do trabalho – na matemática, na física, na química, na história e noutras – do ponto de vista da produção, do ponto de vista da população trabalhadora. Reduzir a escola do trabalho ao “estudo de processos de trabalho” usuais significa retirar dela seu espírito vivo, seu principal nervo vital (Krupskaia, 2017, p. 111).

Outra dimensão fundamental na elaboração para o novo ser e o desenvolvimento sistemático e dinâmico, é a auto-organização, fundamento para questões básicas como, por exemplo, a higiene pessoal e coletiva e a auto-organização dos estudantes no que tange a manutenção dos espaços coletivos de convivência, desenvolvendo a autonomia individual para as decisões coletivas sobre o dia a dia que são transversais para à educação política. É a partir dessas práticas durante seu desenvolvimento que as crianças se tornarão jovens trabalhadores com a capacidade empática e organizativa, necessárias para a participação nos espaços de decisão sobre os rumos sociais, do trabalho coletivo e da vida cultural e artística da sociedade nascente.

Caio Prado Jr em uma defesa, por vezes até apologética, apresenta as noções socialistas de trabalho e educação no livro *O Mundo do Socialismo* (1962). Nesse texto, o autor soprou férteis ventos ao pensar a educação para o trabalho coletivo e politécnico como forma avançada de produção do trabalho coletivo e planejado, de modo a atender as necessidades e potencialidades dos locais de ensino e vida.

Na mesma linha de Shulgin (2013), Pistrak (2009) e Kruskaia (2017), Caio Prado Jr aborda o aspecto moral do trabalho no socialismo, afirmando que é pelo trabalho e pelas relações que produzem as necessidades coletivas que o sujeito reconhece a si próprio e aos outros. O autor, ao discutir e criticar a força de trabalho

como mercadoria, demonstra que o trabalho coletivo e o retorno individual do resultado deste trabalho coletivo no socialismo é diferente do que no capitalismo. Assim, consideradas as diferenças no aspecto pedagógico, a educação para o trabalho é também educação política em ambas as sociedades.

Identificamos que a noção de trabalho socialmente necessário é fundamental para estes autores revolucionários, revelando que, no socialismo, o exercício organizativo da escola do trabalho é pilar para a melhoria da economia e da vida, elevando a cultura do proletariado a um patamar superior em relação cultura individualista burguesa.

A contribuição e o legado da escola e da pedagogia socialista ficarão para a posteridade graças ao esforço de professores como Luís Carlos de Freitas, que traduziu e publicou, em 2009, o livro *A escola Comuna*. O livro foi originalmente organizado por Pistrak, membro do Comissariado Nacional da Educação da URSS, compondo textos de educadores e educadoras soviéticas.

Nesse caminho, identificamos que, para contribuir com as transformações das relações de trabalho e propriedade no Brasil, é primordial que a apreensão da Dialética materialista esteja presente na formação das licenciaturas. Construindo, assim, as bases para o enfrentamento desde a educação do desenvolvimento infantil até a formação no ensino superior, a fim de combater a reviravolta conservadora.

#### 4.1 PARA ALÉM DOS MUROS: A ESCOLA E O ENSINO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Trilhando ainda o caminho da elevação das consciências para a interpretação e ação crítica nesta sociedade, buscamos na realidade concreta da formação em Licenciatura e nos espaços para além dos muros escolares, uma possibilidade para a educação política que, potencializada pela Dialética do conhecimento, tende a orientar o caminho da transformação crítica e criativa da sociedade.

A docência na sociedade moderna é permeada por diferenças que correspondem a cisão social que produz formas de conhecimento correspondentes ao lugar que se ocupa na sociedade. A divisão do trabalho intelectual e manual se produz e reproduz no contexto escolar, e são nas contradições que a escola apresenta que identificamos os elementos que proporcionam ao jovem ferramentas de elevação da consciência de si e do mundo. A docência, neste sentido, tem a potência de mostrar

caminhos ao jovem que vive em situação social de risco, apresentando-lhe as possibilidades de ação e transformação da sua condição objetiva e subjetiva de vida, por meio da auto-organização e da organização coletiva.

Não há uma fórmula mágica. A educação escolar, atualmente, não é desenvolvida para libertar, mas sim para produzir trabalhadores e trabalhadoras adaptados ao sistema produtivo em voga. Porém, o ensino crítico pode trazer elementos para a elevação das práticas de vida e organização da juventude.

Diante do ensino como profissão, encaramos o desafio e a responsabilidade de não só transmitir os conhecimentos, mas também de ensinar os educandos e educandas a pensar criticamente, de modo a transformar os rumos de suas vidas, posto que, a concepção de mundo que o sujeito encarna é central para as práticas e vivências da vida privada e profissional. Assim, os que assumem o compromisso com o ensino das ciências sociais devem fazê-lo de modo a apresentar as interpretações e as formas de pensamento de modo a possibilitar aos estudantes o conhecimento crítico e criativo.

Há séculos a classe trabalhadora, no campo e na cidade, é explorada, oprimida e bombardeada pela hegemonia burguesa. Ensinada a agir e pensar conforme os padrões da ordem estabelecida, de maneira maniqueísta, unilateral e conformada com a realidade que a cerca, qual seja, a realidade do trabalho assalariado.

O domínio do Capital tem forjado expressões políticas, no bojo da luta de classes, empenhadas em manter as relações sociais de subordinação do trabalho, submetendo a formação intelectual e técnica predominantemente aos interesses da classe dominante. É evidente que a escola e a sua organização correspondem à prática, em geral, de produção e reprodução da vida em sociedade, e neste sentido, a crítica às práticas pedagógicas não podem ficar na superfície, ou seja, na mera crítica à escola. É necessário apreender que a educação perpassa todos os espaços de sociabilidade, e a sociabilidade está determinada conforme os rumos da divisão social do trabalho.

A educação escolar é uma prática moderna, concomitante e em sintonia com o surgimento da produção industrial, que visa atender a necessidade de uma força de trabalho minimamente qualificada – capaz de escrever o nome, ler e calcular – e neste sentido, a escola acaba se resumindo a disciplinar o comportamento dos trabalhadores.

É ingênuo pensar que a saída para a transformação desta sociedade seja via reinvenção da escola, tornando-a um espaço mais democrático, que respeite e mantenha a pluralidade. No entanto, este é um espaço que abre brechas para a educação política que, orientada pela Dialética do conhecimento, pode vir a contribuir para o desenvolvimento de uma nova forma de organização social.

O desafio da educação política ultrapassa os da educação formal e está presente na superação do senso comum em todos os espaços de sociabilização da vida, desde a produção dos desenhos, das brincadeiras, dos jogos, da utilização das novas mídias, até a constituição dos afetos e da organização de classe. Sendo assim, a escola o espaço formal que reúne os elementos para a constituição destes jovens para o trabalho, pois em todas as sociedades, sejam capitalistas ou socialistas, a reprodução da vida conta com a reprodução também no campo da educação e da consciência.

Pennac (2008), em sua narrativa, traz a ideia da potência que o professor carrega sendo um mestre salvador, forjando na docência elementos que tendem a tirar o jovem da vida degenerada e violenta que a sociedade moderna o joga, sobretudo quando se trata da educação para as classes subalternas. Em se pensando a juventude privilegiada, “o mestre salvador”, na perspectiva de emancipação individual, pode tocar os jovens que tendencialmente não vêm perspectiva, e se jogam nos dramas modernos do individualismo, da autodestruição e da violência para como os em situação mais frágil, o que avaliamos como uma ilusão pois a emancipação individual só serve para a criação de mentalidades individualistas e competitivas. Assim, conforme Pennac, a escola que tem o mestre salvador tende a desenvolver psicoafetivamente a moral da jovem e do jovem em situação de fragilidade econômica e ou emocional voltada aos interesses do mercado e do trabalho explorado.

A atual reforma do ensino médio é exemplo claro do desmonte da educação social e política, pois promove a precarização do trabalho da licenciatura em ciências sociais e filosofia. A escola, tal como a conhecemos, é criada em composição com as forças do capitalismo e oferecida pelo Estado como modo de disciplinar e organizar o trabalho assalariado, ensinando a obediência, a passividade, o trabalho competitivo e meritocrático.

Nos tempos das oficinas, a relação de educação para o trabalho ocorria de maneira singular e artesanal. O jovem aprendiz tinha uma relação pessoal com seu mestre artesão, que lhe passava um domínio do completo, ou seja, do conjunto do

que haveria de produzir e desenvolver habilidades singulares à produção do objeto em sua completude.

Com o desenvolvimento da manufatura essas características singulares e a forma de produzir foi sendo modificada, e, portanto, a preparação do trabalhador acompanha esta transformação no modo de produção. Neste sentido, a divisão do trabalho foi se fragmentando, na passagem da manufatura para a produção fabril, e o trabalho individual que antes era complexo, torna-se simples, coletivo e fragmentado. Desta forma, foi necessário desenvolver uma educação que correspondesse a esta nova configuração das relações de produção do trabalhador simples. A escola no capitalismo surge como um espaço de preparação das condições mínimas das qualificações necessárias para que a força de trabalho corresponda as necessidades do capital, preparando o sujeito para a disciplina imposta, para a obediência, entregando a ele o mínimo de instrução no letramento e nos números.

No Brasil, a constituição e a implementação da escola pública para o povo é decorrente das necessidade de industrialização da sociedade, e com ela vieram os Pioneiros da Educação na década de 1930, que compõem parte fundamental do projeto político econômico das classes dominantes, que para ordenar a hegemonia das consciências para o trabalho assalariado e tecnificado às necessidades industriais, implementam escolas técnicas que são a expressão fenomênica, articulando e padronizando a educação ao trabalho assalariado e adequando-se as territorialidades locais deste país continental, qualificou as forças de trabalho pelas variantes regionais. Assim, é possível perceber que as reformas de base originárias da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desde a redemocratização constituinte de 1988, são adaptações as mudanças no mundo do trabalho.

O programa educacional escolanovista define e consolida este projeto de educação do indivíduo cidadão para as condições brasileiras, por meio da educação pública, laica e gratuita, contrapondo-se ao projeto de escola chamado de tradicional, que só preparava a classe dominante ao acesso universitário. Conforme já afirmado, o programa para a educação é ontologicamente vinculado ao caráter do Estado que se nos apresenta.

É importante observar que as políticas educacionais oficiais, em geral, estiveram dirigidas pelos interesses das grandes forças imperialistas do capitalismo, o escolanovismo, os acordos entre o Brasil e Ministério da Educação e Agência dos Estados Unidos da América para o desenvolvimento Internacional (MEC-USAID) e agora



toda a reestruturação da educação via reformas de base, de ensino superior, as privatizações das graduações e o afunilamento das pós-graduações nas universidades públicas, são a expressão da educação superior como privilégio para poucos, enquanto o ensino técnico generaliza-se para a classe trabalhadora.

Na sociedade moderna, é constante a necessidade de afirmação do capital sobre o trabalho, e, para que isso ocorra, são necessários esforços por parte da classe dominante a fim de se perpetuar no poder. Estes esforços são apresentados inicialmente pela família, pela Igreja, pela escola e por meio de outros recursos ideológicos que velam a realidade e produzem seres sociais alienados. Portanto, este processo de alienação não se dá somente quando o sujeito é lançado no mercado de trabalho para um processo produtivo fragmentado.

Hoje, com o uso dos meios de comunicação de massa tem-se a extensão da alienação às crianças e jovens, por meio de programas infantis, propagandas, brinquedos, redes sociais e desenhos que padronizam e incutem na subjetividade infantil e juvenil formas de comportamento e desejos, especialmente de consumo, fazendo com que os filhos da classe trabalhadora se coloquem em oposição à classe que compõem. Assim, a ideologia imperialista transfixa-se no seio da classe trabalhadora.

O Estado, na ordem liberal e na sua faceta neoliberal, encarna características paternalistas e de apadrinhamentos, criando a ideia do privilégio e do mérito e aplicando-a às raízes escolares e pedagógicas para a classe trabalhadora. Emergindo daí indivíduos fragmentados, flexíveis e perpetuadores da ordem liberal e em sua faceta neoliberal apresenta e efetiva um plano de políticas públicas para a educação por meio das entidades privadas, diminuindo o poder público do Estado e aumentando o dos privados na direção e organização do desenvolvimento das novas gerações.

Avançando para a percepção da relação ensino e aprendizagem, notamos que, em qualquer contexto histórico, o ensino é o processo de troca dos saberes entre os sujeitos com mais ou menos conhecimento historicamente acumulado. Cada perspectiva pedagógica apresenta nas suas diferenças e traços comuns em que desempenham o processo de ensino. Várias metodologias e esquemas para o ensino também correspondem a diferenças de classes sociais.

A tônica deste trabalho é o desafio que é o ensino quando não é a mera reprodução, fazendo o educando copiar e repetir os nomes, as formas, os conceitos do que a seu tempo e sensibilidade permitem. Este estilo professoral, de repassar conteúdos previsto nas apostilas, a disciplina imposta, a falta de participação do

educando nas decisões sobre a direção e os rumos da escola, reproduzem o ensino mais tradicional, mesmo que com escapes criativos reproduz na forma na organização do espaço os lugares de poder e disciplinamento dos corpos.

As perspectivas inovadoras, em termos de políticas pedagógicas, como a Waldorf<sup>10</sup>, ou até as que aderem aos métodos tecnicistas e ou tradicionais de ensino, expressam uma educação no sentido de uma emancipação individual. Escolas privadas que produzem um ensino crítico e criativo, mas nos limites da perspectiva do indivíduo atomizado, voltadas ao do desenvolvimento moral e intelectual do conhecimento desta mesma sociedade.

As escolas dos movimentos sociais que, mesmo seguindo as diretrizes curriculares, constroem uma pedagogia que tem de fundo a edificação da emancipação social. Em âmbito nacional, a Escola Florestan Fernandes em São Paulo, e entre outras escolas nos Estados em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenvolvem uma pedagogia e práticas de ensino pela perspectiva mais aproximada da Dialética materialista, pois buscam, na pedagogia e na experiência socialista, fundamentos teóricos metodológicos para o ensino que desenvolve o ser para a vida e o trabalho coletivo.

Quando agimos em direção ao ensino, estamos movendo algo em direção a alguém. Esse movimento é um caminho de mão dupla, não só o educador educa mas também com o educando aprende. No entanto, essa relação não é mecânica, ela depende de muitas variáveis: orgânicas, morais, cognitivas e sociais. O ensino e a aprendizagem são faces do mesmo movimento. Educar é um desafio, e é também uma grande responsabilidade, pois, a tarefa de ensinar valores e práticas sociais para a criança, o jovem e para o adulto se comportarem em sociedade, determina os rumos que a vida desses seres sociais em formação e desenvolvimento tomam para a vida e para o trabalho.

É necessário perceber as singularidades do sujeito a ser educado, seu contexto e suas condições subjetivas. Nas atuais condições da licenciatura, essa

---

<sup>10</sup> Waldorf é o desenvolvimento de uma pedagogia no pós-primeira guerra mundial, Waldorf era uma indústria de cigarros na Alemanha, em que seu proprietário comovido com o caos gerado pela Guerra criou para seus funcionários espaços de educação e ecologia e de desenvolvimento pessoal e comprometimento social, a partir desses espaços criou-se uma escola/pedagogia que foca na antroposofia, ou seja, na noção do indivíduo entendendo-se por ele mesmo como indivíduo por sua singularidade própria. Visa uma educação pautada na liberdade individual, no auto-conhecimento, na sensibilidade emocional.

sensibilidade fica limitada pela forma e estrutura escolar, sobretudo, quando se trata da educação pública, caracterizada por salas lotadas e pouco ou nenhum material didático. E adiante, esse cenário de precarização da vida e do trabalho docente provoca o adoecimento tanto do jovem, que levado aos vícios larga a escola, entre outros males a saúde da classe trabalhadora, até adoecimento do docente, tencionando a qualidade de ensino e aprendizagem para uma condição precária.

Em que pese toda adversidade, vemos suspiros e reflexões como as que foram apresentadas nesta pesquisa, que nos provoca lampejos de força para a hercúlea tarefa calçada na Dialética materialista histórica, a fim de ladrilhar um caminho criativo e transformador que a educação política. Nesse sentido defendemos a Dialética do conhecimento como recurso pedagógico para contribuir com o avanço político organizativo das crianças e da juventude.

## 5 APONTAMENTOS FINAIS

“É a dialética materialista que constitui na fase histórico-cultural que hoje vivemos, o traço de união entre o passado e o futuro, e se queremos marchar para este futuro, há que caminhar por ela” (Prado Júnior, 1969, p. 741).

Entendemos que o trabalho necessário e criativo é a mediação primária que produz o homem e se materializa pela transformação da natureza. Em particular, a forma societal capitalista se funda na especificidade do trabalho assalariado e da propriedade privada dos meios de produção.

O pensamento religioso é a mediação imediata que se desenvolve para explicar a relação de poder da natureza sobre a sociedade. Esta mediação é anterior à sociedade moderna. Como nos mostra Mazzeo (2009), o pensamento mágico, que consiste no domínio da natureza pelo ser social, é visto e praticado como uma dádiva nas sociedades pré-capitalistas, que pouco desenvolvidas, não possuem mediações para avançar nas interpretações sobre a sociedade e a natureza. Já a sociedade capitalista, mesmo tendo as mediações culturais e técnicas mais desenvolvidas, ainda assim esbarra no limite do pensamento religioso, expresso na Metafísica como método de interpretação do homem e da natureza.

A educação pública em sua totalidade é permeada pelos valores que, como já vimos, são o reflexo e a expressão das práticas para o desenvolvimento singular e desigual da persona, preparando-a para a exploração do trabalho. Esse desenvolvimento desigual implica em diferentes espaços de acessos as artes, a educação psicoemocional, a educação escolar, ao pensamento e organização política, ao desenvolvimento psicomotor e as atividades esportivas. Assim, o caráter social da educação é diverso e unilateral, pois a base que fundamenta a educação, na sociedade burguesa, é a coerção para a coesão social.

Podemos, assim, afirmar que a educação familiar é de cunho moral e religioso, desenvolvendo as primeiras expressões do caráter, da personalidade, dos valores sociais e das práticas cotidianas. Em se tratando da educação escolar, o acesso aos diferentes centros de ensino são expressões das condições econômicas sociais. O desenvolvimento do jovem proletário, e até mesmo da pequena burguesia, são resultado do acesso ou da falta de acesso aos meios culturais, às bibliotecas, aos museus, dentre outros espaços educativos para além da escola.

Vemos hoje nas políticas educacionais brasileiras que o acesso às escolas públicas profissionalizantes e de nível primário ficam restritas ao proletariado, e quando chegam ao momento do nível superior, acabam limitados ao acesso a faculdades privadas ou a educação técnica, enquanto as instituições públicas de ensino superior preparam os intelectuais da parcela da pequena burguesia e da burguesia mais nacionalista. A burguesia mais tradicional e imperialista, por sua vez, acaba por acessar centros de ensino no exterior.

A educação desigual também se reproduz na divisão arbitrária entre o campo e a cidade. Entendemos que estes territórios existem em unidade, pois, se o campo não planta, a cidade não janta. Porém, as condições precárias de acesso à educação no campo reproduzem não só a formação de um lumpesinato rural como provoca êxodo rural da população jovem do campo, pois essa juventude, não vendo condições de vida e diversão, acabam por deixar o campo e se deslocam para as cidades em busca de melhores condições. Ocorre que, mesmo nas cidades, deparam-se com uma dura realidade escolar.

É possível perceber uma abissal diferença no ensino de sociologia no território brasileiro, podendo-se interpretar que essas diferenças expressam o caráter de classe da educação conforme a região do País. No sul e sudeste, percebemos uma formação mais intelectualizada, enquanto nas regiões norte, nordeste e na região central, notamos certa negligência quanto ao estudo e ensino da sociologia. Mesmo com os conteúdos curriculares determinados na busca de uma unidade dos conhecimentos, essa negligência no ensino de sociologia perpassa a vida interna da escola e a formação dos educadores e educadoras, que pela imposição do “notório saber” ocasionam uma (des)qualificação do ensino dentro de sala de aula.

Mesmo diante da possibilidade de fazer a sala de aula um espaço de resistência, no campo e na cidade, temos que lidar com a realidade objetiva que se nos impõem a forma organizativa escolar e curricular (habilidade x competências, avaliação, conteúdos obrigatórios). Neste sentido, as mentes dos jovens já vêm cheias de características morais e preconceitos próprios desta sociedade. Essa estrutura é moldada conforme as necessidades de produção da força de trabalho, que acompanha o desenvolvimento técnico dos meios de produção e, portanto, das políticas para a educação escolar em todos os níveis. Em particular, o sentido deste registro é o de pensar a escola básica, ou seja, o ensino de sociologia para jovens inseridos no ensino formal.

No espaço universitário das licenciaturas nos deparamos com toda a estrutura hegemônica de ensino e de pesquisa, onde o materialismo Dialético histórico fica à margem, e por muitas vezes, apontado como não científico. Esse ataque ao método se dá justamente pelo potencial revolucionário que lhe é peculiar. Identificamos, assim, que há uma carência na formação inicial dos graduandos e graduandas em licenciatura, que se manifesta no conhecimento altamente fragmentado da história social do desenvolvimento do capitalismo e do próprio Brasil. Evidencia-se, desta forma, a necessidade de apresentarmos e ampliarmos o acesso à Dialética do conhecimento, pois é ela que pode recompor a história do desenvolvimento da ciência exata e social de maneira a apresentar as diversas perspectivas metodológicas e seus métodos, sem medo de ter sua visão superada.

O ensino de sociologia tem o potencial de elevar as consciências ao pensamento crítico. Contudo, quando utilizada de forma deturbada, pode manter a ignorância, a desinformação e a deformação sobre as escolas teóricas, reproduzindo as formas de pensamento dominante, e na medida em que apresenta as formas organizativas de poder institucional formal, tende a manter somente a participação passiva do povo na democracia eleitoral. O ensino de sociologia no Brasil, por meio das primeiras escolas de ciências sociais, formava bacharéis em razão da necessidade de inserir a sociologia nas escolas secundárias, o que resultou na criação de escolas superiores de licenciatura em sociologia.

O ensino de ciências sociais, voltado para a formação crítica, atravessa diferentes momentos ao longo dos períodos históricos nacionais. Durante os tempos ditatoriais houve uma severa desidratação do ensino de sociologia, provocando um atraso no pensamento crítico nacional. Nesta época, a sociologia perdeu espaço para a educação moral e cívica. Com a volta da obrigatoriedade do ensino de sociologia nas escolas nos anos 2000, o debate para uma educação histórico crítica voltou a pauta. Contudo, um novo retrocesso ocorreu com a Lei 13.415/17, pautando o debate atual para a luta contra o novo ensino médio e pela revogação da Lei que retira a obrigatoriedade do ensino de sociologia. Entendemos que estas ações do Estado são o resultado das políticas neoliberais para a educação, que perpassam desde a lógica privatista até a educação política para a reação.

Já afirmamos que somos seres movidos pelos sentidos, a realidade material, que precede os sentidos, que dará a direção aos sentidos, assim, a sociedade moderna (ocidental) dirige os sentidos ao modo da dominação, fazendo das suas ideias

as ideias dominantes, como bem observado por Marx e Engels no livro *Ideologia alemã* (2007).

Nesse sentido, a razão e a emoção são apartadas pelo idealismo e pela Metafísica, pois são elas que dão a linha para as nossas formas de pensar. Quando nos questionamos ou somos questionados, enquanto docentes de ciências sociais, sobre o quanto essa disciplina repercute nas nossas vidas, a resposta se dá, em geral, na manifestação do choque, do rompimento com noções do senso comum, do rompimento com valores da sociedade dominante. Isto porque não somos educadas e educados, nos espaços informais de educação, a perceber com sensibilidade as questões sociais e emocionais de forma coletiva. O pensamento crítico nos é castrado pela ideologia dominante e por valores como o individualismo, o egoísmo, a competição e a meritocracia, sobretudo quando se nasce nas classes dominadas.

Nesse processo de ensino e aprendizagem temos momentos distintos sendo um o momento da concepção pedagógica, encarnada pelo sujeito que ensina e a concepção da instituição que dita e produz do material didático que no caso da escola pública o material didático já vem pronto. Pode ser que essas noções se encontrem e pode ser que elas sejam conflitantes e isso acaba por se expressar no processo de produção do plano de aula, na postura em sala de aula, ou seja, nas metodologias que se usa para transmitir os conhecimentos obrigatórios.

O ensino de sociologia nas escolas pode instigar o pensamento crítico, tocando corações e mentes, apresentando a noção científica da sociedade e das potencialidades de transformação que o sujeito histórico pode encarnar. No entanto, o Estado, por meio das formas educacionais e escolares, sufoca esse suspiro ao mesmo tempo em que a realidade cria brechas para que o ensino de sociologia, aliado à educação política, pode vir a preencher com o pensamento crítico. Desta forma, nosso papel em sala de aula é possibilitar às educandas e aos educandos acesso as diferentes formas de interpretar a realidade social e a passagem da natureza para a sociedade, transmitindo aos estudantes a noção de como essas interpretações influenciam na vida cotidiana e na formação do caráter/personalidade dos seres vivos nesta sociedade.

No contexto da sociedade capitalista e da escola sob a égide do Estado burguês, a educação dos educadores e educadoras é um desafio. Somos formados sob essa dinâmica, e quando vamos ao espaço universitário das licenciaturas nos deparamos com toda a estrutura hegemônica de ensino e de pesquisa, onde o materialismo

Dialético histórico fica à margem, por muitas vezes, apontado como não científico esse combate se dá justamente pelo potencial revolucionário que há nesse método. Identificamos que há uma carência na formação inicial dos graduandos e graduandas em licenciatura, que se manifesta no conhecimento altamente fragmentado da história social do desenvolvimento do capitalismo e do próprio Brasil, evidencia-se a necessidade de apresentarmos e ampliarmos o acesso ao materialismo histórico dialético, pois é ela que pode recompor a história do desenvolvimento da ciência exata e social de maneira a apresentar as diversas perspectivas metodológicas e seus métodos sem medo de ter sua visão superada.

Inspirado em Rousseau (1712-1778), Marx (2013b, p.152) mostra que “a crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias não para [...] qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva”, e é este o grande desafio do educador e da educadora que se propõem a elevação das consciências, esta tarefa emergente se coloca sobretudo em uma educação política também para as formações em licenciatura, para que possibilitemos a todas as pessoas que passem pelas salas de aula arrancarem a “flor viva”.

Podemos afirmar que em a *Dialética do Conhecimento* (1969) Caio Prado Jr aprofunda a crítica sobre o desenvolvimento das ciências que foram limitadas pelo pensamento pela Metafísica e apresenta a Dialética materialista histórica como resultado processual das transformações sociais e do trabalho, sendo ela a forma superior de pensamento, pois permite a percepção da realidade concreta sem velar o movimento e as transformações qualitativas que a sociedade é capaz de produzir.

A contribuição que a obra de Caio Prado Jr traz para a docência é justamente o método de interpretação do conhecimento e seu profundo comprometimento com os rumos da sociedade, comprometimento esse, manifesto na possibilidade de uma educação política crítica que possibilite condições para a emancipação humana. Quando levado a singularidade do ensino de sociologia nas escolas, este método tende a se destacar como superior aos outros, visto que não se trata somente da sistematização e transmissão do conhecimento e das formas lógicas da sociedade apriorística. A Dialética materialista é a concepção mais completa da sociedade, mostrando que o sujeito é histórico e potencialmente transformador das condições materiais de vida. Contribuindo, assim, para a elevação das bases do conhecimento, indo além da simples classificação e determinação de padrões sociais, dos fatos do



pensamento, ou da mera reprodução das regras “exatas” da natureza para o mundo social.

Os métodos comparativos, indutivos, funcionalista, mecanicista, e a própria hermenêutica são superados pela Dialética materialista, pois somente este é capaz de interpretar o movimento e a sua superação, desenvolvendo mediações que expressam a realidade objetiva sem as amarras que objetivam a manutenção de determinadas relações de poder.

Por fim, entendemos que a educação política ultrapassa a mera relação de ensino e aprendizado, pois se manifesta na mediação entre a produção do conhecimento e a realidade concreta da qual ele emerge e para a qual ele serve. Assim, a educação política não se limita a compreensão do funcionamento dos três poderes, ou mesmo a noção de participação política do proletariado pelo voto. Para além disto, a educação política é a conscientização do potencial político organizativo da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico produtor da realidade objetiva e da consciência individual e coletiva. Fica posto, assim, o desafio para a formação da docência e para o ensino de sociologia nas escolas para além dos seus muros, de modo a estender também aos movimentos sociais a hercúlea tarefa de ser a escola das novas consciências e práticas políticas.

## REFERÊNCIAS

BRECHT, Bertold. **Teatro Dialético**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

CHEPTULIN, Alexandre; FERRAZ, Leda Rita Cintra. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. 354 p.

ENGELS, Friedrich. **Princípio básico do comunismo**. Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1982.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 341 p.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1982.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRUPSKAYA, Nadezhda K. **A construção da Pedagogia Socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_. **As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo**. Março de 1913. Tradução Edições “Avante”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>. Acesso em 15 mar. 2023.

MARX, Karl. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, ait, 1868. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **Diferença da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Obras Escogidas**. Tomo I. Moscou, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escriba, 1986.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da autocracia Burguesa. 3a Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **Nos portões do Éden**: igualitarismo, política e estado nas origens do pensamento moderno. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

\_\_\_\_\_. **O voo de minerva**: a constituição da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PENNAC, Daniel. **Diário de escola**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2015.

PLEKHANOV, Gheorghi Valentinovitch. **O papel do indivíduo na história**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 160 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. 332 p.

\_\_\_\_\_. **Dialética do conhecimento**. Tomo I e II. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo (SP): Companhia das letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. 390 p.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

\_\_\_\_\_. **O mundo do socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1962. 185p

\_\_\_\_\_. **Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”**. Julho de 1978, p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich. **A escola comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REICH, Wilhelm. **Materialismo dialético e psicanálise**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1977. 133 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**/ Discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 303 p.

SHULGIN, Viktor N. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TSE-TUNG, Mao. **O pensamento de Mao Tse-tung**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VIGOTSKY, S. V. **Imaginação e criação na infância**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 128p.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 159p.

BRECHT, Bertold. **O Vosso Tanque General, É Um Carro Forte**. Disponível em: <https://coletivorosadopovo.blogspot.com/2010/11/o-vosso-tanque-general-e-um-carro-forte.html>. Acesso em 18 set. 2023.

D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ENGELS, Friedrich. Cartas a C. Schmidt. In: Florestan Fernandes (org.). **Marx Engels**: História. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 455-464.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Dialética da Natureza**. 4a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985a.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7. ed. São Paulo: Global, 1985b. 79p.

FEWB – **Federação das Escolas Waldorf no Brasil**. Disponível em: <http://www.fewb.org.br/index.html>. Acesso em 28 jul. de 2023.

HERÁCLITO. Fragmentos. In: **Os Pré-Socráticos**. Coleção Os Pensadores. Trad. José Cavalcanti de Souza *et al.* São Paulo: Editora Abril, 1989. 90p.

IANNI, Octavio. **Karl Marx: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1980.

MANZANO, Sofia. **Economia Política para Trabalhadores**. 2° ed. São Paulo: ICP, 2019. 299p.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PÁDUA, E. M. M. Caio Prado Júnior: Cronologia Vida/Obra. In: Maria Ângela D'Incao (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **URSS, um novo mundo**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. **Notas Introdutórias à Lógica Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

SECCO, Lincoln Ferreira. O marxismo de Caio Prado Júnior. **Teoria e Debate**, v. 20, n. 73, p. 51-54, 2007. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-11-L-Secco-CPJr..pdf>. Acesso em 15 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: pedagogia da essência e pedagogia da existência**. São Paulo: Centauro, 2002.

VIANA, Nildo. A dialética positivista de Caio Prado Júnior. **Espaço Acadêmico**, n. 70, mar. 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/3156137/A\\_Dial%C3%A9tica\\_Positivista\\_de\\_Caio\\_Prado\\_J%C3%BAnior](https://www.academia.edu/3156137/A_Dial%C3%A9tica_Positivista_de_Caio_Prado_J%C3%BAnior). Acesso em 24 nov. 2023.